

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 192/2025
Data: 05/12/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PORTO DE SANTOS TEM CONTRATOS SUSPENSOS COM DUAS EMPRESAS APÓS DECISÃO DA ANTAQ; ENTENDA OS MOTIVOS	4
NOVO PÁTIO AMPLIA CAPACIDADE PARA CAMINHÕES NA REGIÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
ANTAQ APROVA DOCUMENTAÇÃO PARA LICITAÇÃO DE ÁREA NO PORTO DE SUAPE (PE)	6
WEBINÁRIO TÉCNICO SOBRE O AFRETAMENTO POR TEMPO NA NAVEGAÇÃO DE APOIO MARÍTIMO ACONTECE NA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA (8)	7
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	8
CONCESSÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ É HOMOLOGADA PELO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS	8
MAIS DE 1 MILHÃO DE PASSAGEIROS MOVIMENTARAM OS AEROPORTOS DO CENTRO-OESTE EM OUTUBRO	9
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	10
LOGÍSTICA NO NORTE: PARÁ RECEBE ETAPA FINAL DO PNL 2050 E AVANÇA NA CONSTRUÇÃO DO NOVO PLANEJAMENTO INTEGRADO DE TRANSPORTES	10
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL – O PORTO DE PARANAGUÁ, O AGRONEGÓCIO E INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA	12
OPINIÃO – ARTIGOS - O NOVO PARADOXO DA LOGÍSTICA BRASILEIRA: LOW-TECH NO NEGÓCIO, HIGH-TECH NA MENTALIDADE	13
LULA DEFENDE FIM DA ESCALA 6X1 E PEDE AO CONSELHÃO QUE ESTUDE COMO VIABILIZAR REDUÇÃO	15
NACIONAL HUB – CURTAS EMBAIXADAS COBRAM TCU SOBRE REGRAS DO LEILÃO DO SANTOS TECON	10
<i>A carta</i>	17
<i>As restrições da Antaq</i>	17
<i>Recado indireto</i>	17
<i>Investimento às margens do Rio Paraguai</i>	17
CONGRESSO NACIONAL APROVA LDO COM SUPERÁVIT DE R\$ 34 BILHÕES EM 2026	17
ALCOLUMBRE INDICA QUE VOTAÇÃO DE MESSIAS PARA O STF DEVE FICAR PARA 2026	18
KIM KATAGUIRI PEDE AO TCU SUSPENSÃO DE CONTRATO COM EMPREITEIRA DE INVESTIGADO	19
GILMAR MENDES DIZ QUE É RECOMENDÁVEL CONGRESSO VOTAR NOVA LEI DO IMPEACHMENT	19
FLÁVIO DINO PROÍBE REPASSE DE EMENDAS PARA EDUARDO BOLSONARO E ALEXANDRE RAMAGEM	20
RELATÓRIO DA PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA SERÁ APRESENTADO PRÓXIMA SEMANA	21
AUMENTO DO CALADO IMPULSIONA RECORDE DE EMBARQUE DE MILHO EM PARANAGUÁ	22
GOVERNO HOMOLOGA CONCESSÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ	23
AEROPORTO DE GUARUJÁ ENTRA EM RETA DECISIVA PARA INICIAR OPERAÇÕES	24
AEROPORTOS DO CENTRO-OESTE MOVIMENTAM MAIS DE 1 MILHÃO DE PASSAGEIROS EM OUTUBRO	25
PASSAGEIROS EVACUAM AVIÃO EM GUARULHOS APÓS FOGO EM ESTEIRA DE BAGAGEM	26
PARTIDO ACIONA STF CONTRA REGRAS QUE ISENTAM AÉREAS DE INDENIZAR PASSAGEIROS	27
LATAM PREVÊ 2026 DE CRESCIMENTO REGIONAL E MELHORA DE INDICADORES OPERACIONAIS	27
CORTE DOS EUA INVALIDA CLÁUSULA DO PLANO DA GOL APROVADO NO CHAPTER 11	28
PETROBRAS COMPRA FATIAS DA UNIÃO EM MERO E ATAPU POR R\$ 8,8 BILHÕES	29
PDE 2035 PROJETA AVANÇO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NO BRASIL	30
MERCADO DE PETRÓLEO SOBE COM INCERTEZAS SOBRE GUERRA	31
PRIMEIRO DATA CENTER DO TIKTOK NA AMÉRICA LATINA TERÁ INVESTIMENTO SUPERIOR A R\$ 200 BI	32
BALANÇA REGISTRA MENOR SUPERÁVIT PARA NOVEMBRO EM QUATRO ANOS	33
ENDIVIDAMENTO TEM PRIMEIRA QUEDA APÓS NOVE MESES CONSECUTIVOS DE ALTA, DIZ CNC	35
LUIZA TRAJANO DIZ QUE TAXA DE JUROS ESTÁ MUITO ALTA NO BRASIL: “NÃO HÁ CABIMENTO”	36
IBOVESPA SOBE 1,67% E, EM NOVO RECORDE, CHEGA À CASA DE 164 MIL PONTOS	37
DÓLAR FECHA EM LIGEIRA QUEDA, A R\$ 5,31, EM DIA POSITIVO PARA EMERGENTES	38
OPINIÃO -ARTIGOS - LIDERANÇA EM 2026: COMO SUSTENTAR IMAGEM, CONFIANÇA E RELEVÂNCIA EM UM CENÁRIO DE CRESCIMENTO BAIXO	39
OPINIÃO – ARTIGOS - A LINGUAGEM INVISÍVEL DAS CORES: COMO ELAS MOLDAM PERCEPÇÕES NO AMBIENTE CORPORATIVO	41
JUSTIÇA DA ARGENTINA MANDA EXTRADITAR CINCO BRASILEIROS CONDENADOS PELO 8 DE JANEIRO	42
PRIMEIRA TURMA DO STF FORMA MAIORIA PARA CONDENAR CÚPULA DA PM DO DF	44
STF VAI JULGAR AÇÕES SOBRE LEI DO MARCO TEMPORAL NO PLENÁRIO FÍSICO A PARTIR DO DIA 10	44
CASO MARIELLE: MORAES PEDE DATA DE JULGAMENTO DE CHIQUINHO E DOMINGOS BRAZÃO	45
AUDIÊNCIA SOBRE EXTRADIÇÃO DE CARLA ZAMBELLI É ADIADA PELA JUSTIÇA DA ITÁLIA	46
DOCUMENTO APREENDIDO COM DONO DO BANCO MASTER PREVIA COMPRA DE CASA DE R\$ 250 MILHÕES	46
INVESTIGAÇÃO FICA NO STF DEVIDO A FORO PRIVILEGIADO DE DEPUTADO FEDERAL	47



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 192/2025
Página 3 de 63
Data: 05/12/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

JONESLEY BATISTA VIAJA PARA A VENEZUELA PARA PEDIR RENÚNCIA DE NICOLÁS MADURO.....	48
JORNAL O GLOBO – RJ.....	50
PETRÓLEO, MINÉRIO, AGRO: VEJA COMO AS COMMODITIES SALVARAM O PIB DE UM ENCOLHIMENTO NO TERCEIRO TRIMESTRE.....	50
PEDÁGIO FREE FLOW DA DUTRA EM SP COMEÇA A FUNCIONAR NESTE SÁBADO, MAS IMPASSE JUDICIAL IMPEDE APLICAÇÃO DE MULTAS; ENTENDA.....	52
'É UM ATAQUE CONTRA OS ESTADOS UNIDOS', DIZ SECRETÁRIO DE TRUMP SOBRE MULTA DA UE AO X, DE ELON MUSK.....	55
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	56
TCU AVALIA QUE GASTO DE R\$ 10 BI DE ESTATAIS FORA DA META CONTRARIA ALERTAS AO GOVERNO.....	56
VALOR ECONÔMICO (SP).....	57
DÉFICIT DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA TRAVA COMÉRCIO EXTERIOR	57
GALEÃO ATRAI MAIS PASSAGEIROS E SE FIXA COMO HUB LOGÍSTICO	58
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	60
MAERSK TESTA ABASTECIMENTO DE NAVIO COM 50% DE ETANOL	60
HENSEL GONÇALVES - O ESTALEIRO MAUÁ (RJ) ANUNCIOU, NESTA SEXTA-FEIRA (5), QUE HENSEL GONÇALVES É SEU NOVO DIRETOR COMERCIAL.....	61
VIAGEM REGULAR POR SUEZ SINALIZA VOLTA DE CONTEINEIROS AO MAR VERMELHO, AVALIA XENETA.....	61
VP DE NAVEGAÇÃO DA LOG-IN FOI ESCOLHIDO COMO DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO APÓS MARCIO ARANY	62
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	63
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	63



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS TEM CONTRATOS SUSPENSOS COM DUAS EMPRESAS APÓS DECISÃO DA ANTAQ; ENTENDA OS MOTIVOS

Agência conclui que APS assinou documentos sem autorização e descumpriu exigências vinculadas ao futuro megaterminal

Por Maurício Martins 5 de dezembro de 2025



Antaq determinou que a fiscalização da agência acompanhe a suspensão dos contratos e garanta o cumprimento, inclusive interditando áreas (Alexsander Ferraz/AT)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) suspendeu nesta quinta-feira (4) dois contratos de transição (temporários) assinados pela Autoridade Portuária de Santos (APS) para uso de áreas no cais do Saboo (STS10) e determinou a abertura de procedimento

extraordinário de fiscalização para apurar as responsabilidades da estatal.

Segundo a decisão, a APS celebrou os contratos com duas empresas, no início do mês passado, sem autorização prévia da agência. Além disso, não cumpriu obrigações consideradas essenciais, como ajustes operacionais, retirada de dispositivos que favoreciam preferência de atracação e adequação do perfil de carga às restrições do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos.

A Antaq determinou que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) da agência acompanhe a suspensão e promova as medidas necessárias para garantir o cumprimento, interditando as áreas, se for necessário.

Onde são?

As duas áreas, ambas vizinhas ao Ecoporto e onde será instalado o futuro Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, se tornaram foco desde o início deste ano, quando a APS lançou dois procedimentos seletivos simplificados para destiná-las a contratos transitórios. A SSZ 35.2 tem aproximadamente 72 mil metros quadrados (m²), enquanto a SSZ 39 possui 56,8 mil m². Em fevereiro, a Antaq suspendeu os processos por entender que ocupações temporárias poderiam afetar o futuro Tecon Santos 10. A medida cautelar foi mantida em setembro, quando a diretora Flávia Takafashi afirmou que a agência deveria atuar com “máxima cautela” para evitar qualquer interferência no leilão.

Em outubro, a Antaq revogou a suspensão, mas fez exigências para que o processo continuasse. A APS informou para A Tribuna ter atendido as determinações e assinou os contratos no início de novembro.

A análise da agência concluída nesta quinta-feira (4), porém, demonstrou que as exigências não foram cumpridas e, portanto, não havia autorização para as assinaturas. Entre os pontos pendentes estão a correção da cláusula resolutiva que vincularia automaticamente o contrato ao futuro leilão do Tecon Santos 10, a apresentação da planta da área e do termo de arrolamento de bens, além da inclusão de prazo obrigatório para desocupação ao fim da vigência.

A diretoria da Antaq destacou ainda que a APS manteve no contrato referências à preferência de atracação em berços públicos, contrariando decisão expressa do Acórdão 729/2025 da agência e entendimento reiterado da área técnica. Para a Antaq, esse tipo de prerrogativa pode distorcer a operação do Porto e afetar a própria modelagem do Tecon Santos 10.

Aditivos

Com a decisão de nesta quinta-feira (4), a APS fica obrigada a elaborar termos aditivos contendo todas as correções impostas e enviá-los novamente para avaliação da diretoria da Antaq. A eficácia dos contratos permanece suspensa até que todos os vícios sejam sanados e a agência aprove formalmente os instrumentos revisados.

Ecoporto

Vale lembrar que o terminal Ecoporto enviou manifestação à Antaq contestando a possibilidade de compartilhar o berço CS-04, que usa para atracação de navios, com novas empresas que venham a assumir contratos transitórios na mesma área, ao lado das suas atuais operações.

O uso conjunto do berço foi proposto pela APS para justificar a possibilidade de novos contratos no local. A estatal explicou à agência que o berço poderia ser usado de forma parcial e eventual, visando permitir atracações simultâneas no Saboó.

Resposta

Em nota, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, afirma que “o Porto de Santos cumpriu integralmente todas as exigências regulatórias estabelecidas pela Antaq para a ocupação transitória do cais do Saboó”, área que permanecia inoperante há mais de um ano em razão de requisitos formais que foram rigorosamente observados.

Segundo ele, “causa surpresa a nova suspensão dos contratos, sobretudo considerando que os procedimentos já se encontram sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU), com total transparência e plena colaboração da Autoridade Portuária”.

Ele diz que a APS adotará imediatamente as medidas cabíveis para recorrer da decisão, garantindo a continuidade das operações e o atendimento das demandas de carga naquele importante trecho do Porto. Pomini acrescentou que a gestora do Porto cumpre rigorosamente a legislação vigente e que todas as decisões da Antaq e do TCU serão estritamente observadas. “Nosso compromisso permanece o mesmo: segurança jurídica, eficiência operacional e respeito irrestrito à regulação vigente”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/12/2025

NOVO PÁTIO AMPLIA CAPACIDADE PARA CAMINHÕES NA REGIÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO

JTlog Parking começa a operar em Caraguatatuba e se soma ao Centro de Triagem Serramar para organizar o fluxo ao porto

Por Ted Sartori 5 de dezembro de 2025



JTlog Parking fica no bairro Pegorelli, em Caraguatatuba, e tem capacidade para 152 caminhões no início (Serveng/Divulgação)

O Porto de São Sebastião passou a contar, desde a última segunda-feira, com mais um pátio destinado a caminhões, o JTlog Parking, no bairro Pegorelli, em Caraguatatuba, a aproximadamente 16 km do complexo portuário. A portaria credenciando a JTlog com

a segunda Área de Apoio Logístico Portuário (AALP) foi publicada na edição de 31 de outubro do Diário Oficial do Estado de São Paulo. A aprovação aconteceu uma semana antes. O início obrigatório das atividades teria de ser um mês após a data de publicação da portaria, o que ocorreu.

“Vamos nos consolidar como uma área de infraestrutura de apoio aos motoristas, às transportadoras e aos operadores portuários, inclusive ajudando a melhorar a dinâmica de entrada e saída dos veículos de carga do Porto de São Sebastião, evitando congestionamentos e garantindo mais fluidez e eficiência nas operações portuárias”, afirma o diretor-presidente da JTlog, Juliano Martins dos Santos Quintas.

Estrutura quase completa

O novo pátio possui área de 22 mil metros quadrados (m²) e capacidade para 152 veículos. Há expectativa de aumento dentro de três anos, segundo a empresa, para mais 100 vagas.

“Esse aumento seria em casos constantes de lotação do pátio, com estudos prévios de carga e aumento do volume de movimentação do Porto de São Sebastião”, explica Quintas.

Apesar do funcionamento do JTlog Parking já ter começado, a estrutura completa para os motoristas, porém, ainda não está finalizada. Restaurante, lanchonete e banheiros estão prontos, além das salas para montar escritórios para transportadoras.

“Vamos inaugurar a pousada no próximo ano, com camas e beliches, assim como a lavanderia, que está somente com a estrutura pronta. A barbearia também ainda vai ser colocada. Os três estão em finalização de obras”, projeta o diretor-presidente da JTlog.



Centro de Triagem Serramar, no bairro Pontal de Santa Marina, já funciona desde 29 de outubro (Serveng/Divulgação)

Outro pátio e vantagens

O novo pátio se junta ao Centro de Triagem Serramar, na mesma cidade, mas no bairro Pontal de Santa Marina, em funcionamento desde 29 de outubro. Esse primeiro possui 32 mil m², banheiros, refeitório e área de descanso, além de monitoramento 24 horas. Inicialmente, poderá atender até 150

caminhões simultâneos, com possibilidade de expansão para 500 veículos. O presidente da Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), Ernesto Sampaio, ressalta que, com as AALPs, será possível organizar melhor a entrada de caminhões, reduzir congestionamentos e dar mais previsibilidade aos operadores logísticos e mais conforto aos caminhoneiros.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/12/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ APROVA DOCUMENTAÇÃO PARA LICITAÇÃO DE ÁREA NO PORTO DE SUAPE (PE)

Terminal receberá navios especiais para transportar cargas como carros e caminhões

Brasília, 05/12/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou, na última quinta-feira (04), em reunião de diretoria, a documentação da Autoridade Portuária de Suape referente a licitação da área SUA01, localizada no Porto de Suape (PE).



O porto celebrou convênio de delegação de competências em 2022 e, por isso, pode conduzir os processos de arrendamentos de terminais portuários. A autoridade portuária também será a responsável pelo encaminhamento dos processos futuros.

A área vai receber navios do tipo Roll-on/Roll-off (Ro-Ro), que são projetados para transportar cargas "rolantes", como veículos (carros, caminhões, ônibus), que entram e saem do navio dirigindo por meio de rampas. As cargas

serão movimentadas e armazenadas no terminal.

A estimativa é de 4,6 milhões de investimentos na concessão ao longo dos 25 anos de contrato. Houve a dispensa da realização de audiência e consulta públicas devido ao baixo valor do projeto.

O terminal é composto por uma área de 101,4 mil m² totalmente pavimentada em concreto rígido. Além do pavimento rígido, serão disponibilizadas as estruturas existentes na área, tais como: cercamento, iluminação, instalações elétricas, guaritas, rede de drenagem, entre outras infraestruturas.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antag.gov.br

Data: 05/12/2025

WEBINÁRIO TÉCNICO SOBRE O AFRETAMENTO POR TEMPO NA NAVEGAÇÃO DE APOIO MARÍTIMO ACONTECE NA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA (8)

Na ocasião, o relatório de AIR será apresentado de forma detalhada. Contribuições podem ser enviadas até 6 de janeiro de 2026



Foto: Porto de Suape (PE)

Brasília, 04/12/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) promove, na próxima segunda-feira (08), às 14h30, Webinar Técnico para tratar do afretamento por tempo na navegação marítima, com ênfase em apoio marítimo.

O encontro, que acontece no contexto da Tomada de Subsídios SRG Nº 3/2025-ANTAQ, será transmitido pelo Youtube. Dúvidas sobre o

relatório podem ser enviadas ao vivo pelo aplicativo de mensagens WhatsApp pelo número (61) 2029-6515.

O objetivo é obter contribuições, subsídios e sugestões referentes ao relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) preliminar desse tema, que está incluído na Agenda Regulatória 2025/2028. As contribuições podem ser enviadas até o dia 6 de janeiro de 2026.

Sobre o relatório

O relatório apontou algumas soluções, com foco no afretamento por tempo de embarcações estrangeiras, como aperfeiçoar os critérios para avaliação de bloqueios, estabelecer novas regras para o papel da ANTAQ nas negociações, aprimorar o Sistema de Afretamento Marítimo e de Apoio - SAMA, entre outros.

A participação social servirá como subsídio para fortalecer os instrumentos regulatórios relacionados ao afretamento por tempo na navegação de apoio marítimo. Essa ação reforça o papel e compromisso da Agência de promover mais eficiência, segurança, previsibilidade regulatória e competitividade ao setor regulado.

A tomada de subsídios é voltada exclusivamente para a navegação de apoio marítimo. Ela integra a abordagem do tema 2.1 da Agenda Regulatória da ANTAQ 2025/2028 — Afretamento por tempo na navegação marítima, que também contempla a navegação de cabotagem, assunto que já passou pelos procedimentos de participação social.

Contribuições

Mais informações sobre a tomada de subsídios estarão disponíveis neste link.

As contribuições começam no dia 8 de dezembro e poderão ser dirigidas à ANTAQ até as 23h59 do dia 6 de janeiro de 2026. Os envios devem ser realizados exclusivamente pelo formulário eletrônico disponível no site da autarquia. Para o envio de imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos devem ser encaminhados para o e-mail: srg@antaq.gov.br.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do questionário eletrônico, poderá fazê-la utilizando o computador da Secretaria-Geral - SGE, desta Agência, no caso de Brasília, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 05/12/2025



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

CONCESSÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ É HOMOLOGADA PELO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

Decisão marca mais um passo estratégico para ampliação da capacidade portuária e fortalecimento da competitividade logística do país



A homologação representa um passo decisivo para a modernização de um dos mais importantes corredores logísticos do país- Foto: Portos do Paraná

O Ministério de Portos e Aeroportos homologou, nesta quinta-feira (4), o resultado do Leilão nº 05/2025-Antaq, que define a concessão do Canal de Acesso Aquaviário ao Porto de Paranaguá. A decisão confirma o Consórcio Canal Galheta Dragagem (CCGD), liderado pela FTS Participações Societárias S.A., como responsável pela execução do projeto, concluindo a

etapa licitatória conduzida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

A homologação representa um passo decisivo para a modernização de um dos mais importantes corredores logísticos do país. O aprofundamento e a ampliação do canal permitirão a entrada de embarcações de maior porte, ampliando a competitividade do Porto de Paranaguá e fortalecendo sua posição estratégica no comércio exterior brasileiro.

A decisão considerou a proposta apresentada pelo consórcio vencedor, a habilitação técnica da Comissão Permanente de Licitação de Concessões e Arrendamentos Portuários, o encerramento dos procedimentos na Antaq e os elementos constantes dos Processos nº 50300.008753/2023-51 e nº 50840.101005/2021-78.

Investimentos e impacto estratégico

O projeto, que envolve investimento estimado superior a R\$ 1,22 bilhão, permitirá o aprofundamento e o alargamento do canal principal, assegurando também a manutenção contínua da sua profundidade de acesso e a melhoria das condições de navegabilidade.

As intervenções ampliarão a previsibilidade e a segurança das operações e tornarão possível a recepção de navios de maior calado, elevando a capacidade e a eficiência do Porto de Paranaguá.

Próximos passos

Com a etapa licitatória concluída e homologada, o consórcio vencedor seguirá para a fase de assinatura do contrato de concessão, conforme os trâmites previstos nas normas vigentes. Após a formalização contratual, terá início a implantação das obras e serviços que darão origem a um canal mais profundo, seguro e eficiente, consolidando um marco importante para o desenvolvimento logístico do Paraná e do Brasil.

A modernização do canal reforça o compromisso do Governo Federal em consolidar uma infraestrutura portuária robusta, sustentável e preparada para acompanhar o crescimento do comércio exterior brasileiro nas próximas décadas.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 05/12/2025

MAIS DE 1 MILHÃO DE PASSAGEIROS MOVIMENTARAM OS AEROPORTOS DO CENTRO-OESTE EM OUTUBRO

Aeroporto de Brasília concentrou 63,84% da movimentação total da região no mês



O aeroporto de Brasília (SBBR) concentrou a maior parte do tráfego, com 63,84% da movimentação total - Foto: Divulgação

O Centro-Oeste tem se destacado como um dos principais protagonistas do crescimento da aviação regional e segue em expansão, consolidando-se como um polo estratégico para o transporte aéreo no Brasil. Dados divulgados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) indicam que, em outubro de 2025, os aeroportos da região registraram 1.096.600 passageiros embarcados em voos domésticos,

representando um aumento de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram contabilizados 1.029.569 embarques.

O aeroporto de Brasília (SBBR) concentrou a maior parte do tráfego, com 63,84% da movimentação total, seguido por Goiânia (SBGO), com 15,43%; Várzea Grande/Cuiabá (SBCY), com 10,76%; e Campo Grande (SBCG), com 5,62%. A posição geográfica estratégica do Centro-Oeste, conhecida como o “coração do Brasil”, transforma a região em um elo essencial para o escoamento de cargas e o transporte de passageiros entre as regiões Norte, Sul, Sudeste e Nordeste.

O crescimento reflete não apenas a demanda crescente por viagens aéreas na região, mas também o impacto direto de investimentos estratégicos realizados pelo Governo Federal para ampliar a infraestrutura aeroportuária e melhorar a experiência dos passageiros. Em 2025, foram destinados

R\$ 625 milhões para melhorias em terminais do Centro-Oeste, incluindo ampliação e modernização, construção de novas pistas, reforço na infraestrutura existente e implementação de medidas de segurança para pousos e decolagens.

"Os resultados são fruto de políticas voltadas para o desenvolvimento regional. Investir em terminais e ampliar a conectividade é fundamental para integrar ainda mais as cidades brasileiras, fomentar o desenvolvimento econômico e garantir que o transporte aéreo chegue com qualidade a todas as regiões do país", afirmou o ministro Silvano Costa Filho

Principais aeroportos

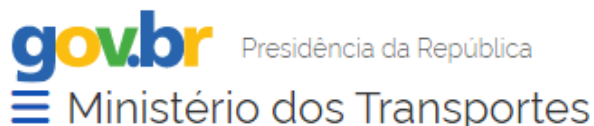
Além de movimentar passageiros, os aeroportos da região desempenham papel crucial no transporte de cargas, incluindo produtos agrícolas, manufaturados e insumos industriais, contribuindo para dinamizar a economia local e nacional. A infraestrutura aeroportuária moderna reduz custos logísticos e agiliza a distribuição de mercadorias, fortalecendo a competitividade do país no comércio interno e externo.

O Aeroporto de Brasília concentra 68,18% do volume total de cargas da região, seguido pelo Aeroporto de Várzea Grande (MT), com 13,17%, e pelo Aeroporto de Goiânia (GO), com 12,73%. A infraestrutura aeroportuária moderna reduz custos logísticos e agiliza a distribuição de mercadorias, fortalecendo a competitividade do país no comércio interno e externo.

A expectativa do governo é de que a região continue a registrar crescimento consistente nos próximos anos, consolidando o Centro-Oeste como um polo de referência para transporte aéreo, desenvolvimento econômico e integração logística.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 05/12/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

LOGÍSTICA NO NORTE: PARÁ RECEBE ETAPA FINAL DO PNL 2050 E AVANÇA NA CONSTRUÇÃO DO NOVO PLANEJAMENTO INTEGRADO DE TRANSPORTES

Iniciativa envolveu setores estratégicos de dez estados e orientará investimentos públicos e privados ao longo das próximas décadas



Em Belém, etapa final do PNL 2050 marca avanço na construção de um planejamento integrado e de longo prazo para infraestrutura logística do país. - Fotos: Valor

A construção de um diagnóstico amplo e regionalizado tem orientado as discussões do Plano Nacional de Logística (PNL) 2050 nos últimos meses. Nesta quinta-feira (4), o Governo Federal concluiu o ciclo nacional de encontros em Belém (PA), reunindo autoridades, especialistas e representantes do setor produtivo para analisar desafios e oportunidades

relacionados ao transporte e à infraestrutura no Norte do país.

"O PNL 2050 é resultado de um processo contínuo de planejamento baseado em dados e metodologias consolidadas. Na região Norte, vemos uma grande necessidade de conectividade, com uma logística marcada pela geografia complexa e pela complementaridade entre rios, rodovias e



ferrovias. A multimodalidade aqui é fundamental para o escoamento de cargas e para conectar populações, inclusive ribeirinhas”, afirmou a superintendente de Inteligência de Mercado da Infra S.A., Lilian Campos.

A região Norte desempenha papel cada vez mais relevante na economia brasileira. Com crescimento estimado de 2,6% no primeiro semestre de 2025, acima do crescimento nacional de 2,5%, a região se consolida como importante eixo de exportação, especialmente pelo Arco Norte. Até 2030, o corredor logístico, que integra rodovias, ferrovias, portos e hidrovias, poderá responder por metade das exportações de soja e milho do país.

“Nós temos aqui um polo industrial magnífico em Manaus, que faturou mais de R\$ 21 bilhões até outubro e emprega mais de 130 mil pessoas. É uma região de cerca de 17 milhões de habitantes, com uma logística muito particular, baseada em uma multimodalidade única no país. Por isso, fortalecer essa integração é fundamental”, destacou o vice-presidente da Federação das Empresas de Logística, Transporte e Agenciamento de Cargas da Amazônia (Fetramaz), Daniel Luis Carvalho Bertolini.

Apesar do potencial, a área responsável por 6,3% da produção nacional de grãos ainda enfrenta limitações estruturais que comprometem sua competitividade. Para superar esses desafios, o Ministério dos Transportes tem ampliado investimentos estruturantes que fortalecem a integração e melhoram o escoamento da produção.

Entre os projetos prioritários está a Ferrogrão, ferrovia de 933 quilômetros que ligará Sinop (MT) a Miritituba, em Itaituba (PA). Integrado à carteira de concessões do Ministério, o empreendimento tem leilão previsto para setembro de 2026, com edital programado para maio. O investimento estimado é de R\$ 33,3 bilhões, com capacidade projetada para até 66 milhões de toneladas por ano.

“O Brasil começa a despontar com maturidade a importância de pensar em infraestrutura e logística. Não se pensa em região: são projetos de nação. E nós somos parte dessa nação e temos atributos geográficos e logísticos que nos caracterizam como grandes potencialidades de desenvolvimento e de agregação a desafios que estamos há décadas sem conseguir superar”, ressaltou o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), Alex Dias Carvalho.

Avanços concretos

A agenda de desenvolvimento do Ministério dos Transportes também tem transformado diagnósticos em entregas concretas, ampliando o escoamento agropecuário, fortalecendo a integração e aumentando a segurança viária.

Em julho de 2025, um dos principais marcos foi a assinatura do contrato de concessão do Sistema Rodoviário BR-364/RO, a primeira concessão federal de rodovia em Rondônia. O trecho entre Porto Velho e Vilhena, na divisa com o Mato Grosso, inaugurou um novo ciclo para a infraestrutura rodoviária do estado, com investimento previsto de R\$ 10,2 bilhões ao longo de 30 anos para operação, manutenção e modernização dos seus 686,7 quilômetros.

Outro avanço importante foi a entrega da ponte que liga São Geraldo do Araguaia (PA) a Xambioá (TO), inaugurada em novembro. Com mais de dois quilômetros de extensão e investimento de R\$ 232,3 milhões, a estrutura substitui a antiga travessia por balsa e fortalece a integração entre os dois estados.

Planejamento de longo prazo

O ciclo de debates passou por Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Cuiabá, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte e Belém. Representantes dos modais rodoviário, ferroviário, aeroportuário e hidroviário contribuíram com diagnósticos regionais e apontaram oportunidades de inovação e eficiência.



O PNL 2050 será o primeiro plano formulado sob as diretrizes do Planejamento Integrado de Transportes (PIT), instituído pelo Decreto nº 12.022/2024. O objetivo é aumentar a competitividade nacional, reduzir desigualdades regionais e apoiar decisões estratégicas de longo prazo.

Com a conclusão dos encontros, o Ministério dos Transportes dará sequência à construção do plano em colaboração com órgãos do Executivo, entidades do setor produtivo e representantes da sociedade civil, consolidando uma visão de Estado para a infraestrutura brasileira.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 05/12/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O PORTO DE PARANAGUÁ, O AGRONEGÓCIO E INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Porto de Paranaguá (PR) inicia o mês de dezembro com um feito operacional que ressalta a importância da gestão e do investimento em infraestrutura. O embarque de 77 mil toneladas de milho pelo navio MV Minoan Pioneer, um novo recorde no Corredor de Exportação Leste, é um resultado direto do recente aumento da profundidade dos berços para grãos sólidos, que passou de 13,1 para 13,3 metros. Esse acréscimo, aparentemente modesto, permitiu que cada embarcação levasse até 1,5 mil toneladas a mais, demonstrando como pequenos ajustes na profundidade do cais se traduzem em grandes ganhos de produtividade e eficiência.

O desempenho é notável, especialmente considerando o crescimento de 351% na movimentação de milho nos portos do Paraná entre janeiro e novembro deste ano, impulsionado pela safra recorde e pela demanda global. O milho, cuja maior parte das exportações nacionais passa pelo terminal paranaense, evidencia o papel do Porto de Paranaguá para o escoamento da produção agrícola e sua relevância estratégica para a competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

O novo recorde operacional de Paranaguá deve ser visto como um incentivo para a agenda de modernização. É essencial destacar a necessidade de investimentos em infraestrutura, como a profundidade do canal de navegação e dos berços de atracação, para que o complexo marítimo continue atendendo o setor agrícola. A competitividade do agronegócio depende da capacidade de os portos receberem navios cada vez maiores, que possam embarcar mais mercadorias em uma única operação.

O futuro do porto está alinhado com a concessão de seu canal de acesso, cujo leilão inédito em outubro culminou no compromisso do Consórcio Canal da Galheta Dragagem de investir R\$ 1,2 bilhão nos primeiros cinco anos de exploração. A meta de ampliar e aprofundar o canal para 15,5 metros é um salto logístico que permitirá um adicional de 14 mil toneladas de grãos sólidos por embarcação, elevando a eficiência a um patamar global.

A administração portuária, ao afirmar que o objetivo é receber navios “cada vez maiores”, demonstra estar no caminho certo – que deve ser seguido pelos demais portos. A manutenção do canal e o aprofundamento dos berços são tarefas contínuas. A sinergia entre o aumento da capacidade de carga e a excelência operacional é o que consolida o Porto de Paranaguá como um ponto estratégico, garantindo que a riqueza do campo chegue aos mercados do Oriente Médio e da Ásia com a máxima eficiência.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

OPINIÃO – ARTIGOS - O NOVO PARADOXO DA LOGÍSTICA BRASILEIRA: LOW-TECH NO NEGÓCIO, HIGH-TECH NA MENTALIDADE



RAUL LAMARCA

CEO do HUB Livre

opinião@redebeneews.com.br

Indústrias como farmacêutica, aeronáutica, semicondutores e finanças digitais vivem sob um mantra simples: quem não inova, desaparece. (...) Já a logística — incluindo portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e operadores multimodais — cresceu por décadas sem precisar dessa pressão. O setor sempre funcionou sob uma lógica mais lenta, mais física e menos informacional. Essa relativa estabilidade criou a sensação perigosa de que inovar “não é urgente”.

Na última coluna discutimos por que informação já vale tanto quanto carga. Hoje avançamos para um ponto ainda mais crítico: por que alguns setores tratam inovação como sobrevivência — e outros ainda a tratam como um opcional confortável.

(texto)

A coluna da semana passada mostrou uma virada estrutural na logística: a informação está se tornando tão valiosa quanto a carga. Nesta edição, seguimos para a pergunta que está por trás dessa mudança:

por que setores tradicionais, mesmo diante dessa nova realidade, ainda tratam inovação como algo que pode esperar?

A resposta começa pelo contraste entre setores high-tech e setores low-tech. E nela está o principal risco competitivo da logística na próxima década.

Onde inovação é sobrevivência — e onde ainda é escolha

Indústrias como farmacêutica, aeronáutica, semicondutores e finanças digitais vivem sob um mantra simples: quem não inova, desaparece.

Nesses setores, tecnologia, talentos digitais, pesquisa, experimentação e renovação constante são obrigatórios. O ambiente competitivo exige.

Já a logística — incluindo portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e operadores multimodais — cresceu por décadas sem precisar dessa pressão. O setor sempre funcionou sob uma lógica mais lenta, mais física e menos informacional. Essa relativa estabilidade criou a sensação perigosa de que inovar “não é urgente”.

Só que agora é.

Por que a lógica mudou: quando a informação passa a valer tanto quanto a carga

Como aprofundamento do artigo anterior: a logística está deixando de ser apenas o negócio de movimentar ativos — e se tornando o negócio de movimentar inteligência.

É a informação que define:

- Eficiência operacional
- previsibilidade,
- confiança,



- transparência,
- redução de risco,
- e vantagem competitiva real.

Essa lógica vale para todos os modais:

- aeroportos otimizando slots e conectividade de malha,
- portos coordenando janelas de atracação com precisão,
- ferrovias ajustando capacidade a partir de demanda preditiva,
- rodovias analisando fluxos para planejar intervenções,
- dutoviários antecipando falhas com sensores inteligentes.

Hoje, quem controla melhor a informação, controla melhor o custo, o risco e a velocidade — e, portanto, ganha.

O ponto cego: achar que inovar é comprar TI

Há um erro clássico no setor: confundir inovação com tecnologia.

Comprar sistemas, sensores, softwares e dashboards não é inovar. Isso é digitalizar.

Inovar é criar capacidade organizacional para solucionar problemas de maneira contínua e estratégica — usando tecnologia como meio, não como fim.

E essa capacidade exige algo que o setor ainda não internalizou totalmente.

A lógica histórica que se repete: por que as empresas terão que criar “áreas de inovação”

Há um padrão recorrente na história corporativa:

- Década de 1950: a televisão cria a mídia de massa → as empresas criam áreas de marketing e comunicação. Orçamento, pessoas, processos e políticas internas surgem como resposta à nova realidade.
- Década de 1990: a internet transforma a operação empresarial → todos criam áreas de TI. Novamente: orçamento, pessoas, processos, governança e estratégias internas surgem.
- Década de 2020 em diante: agora o mesmo movimento acontece com a inovação. Com a chegada da IA — que tem impacto, velocidade e abrangência de tsunami — as empresas serão obrigadas a criar:
 - ✓ orçamento próprio para inovação,
 - ✓ profissionais dedicados,
 - ✓ processos claros,
 - ✓ métricas e governança,
 - ✓ e políticas internas que tratem inovação como disciplina.

Assim como marketing se tornou departamento, e TI também se tornou, inovação será parte estrutural das empresas que querem competir.

Não mais como projeto isolado. Mas como função organizacional.

Logística: o setor low-tech que não pode mais se comportar como tal

O grande risco do setor não é a concorrência. É a mentalidade. Muitos players ainda pensam: “Posso operar por mais 5, 10, 15 anos sem grandes transformações.”

Sim, pode. Mas ao custo de:

- menor eficiência,
- menor capacidade de integração,
- menor atração de talentos,

- menor relevância estratégica,
- e maior vulnerabilidade competitiva.

Enquanto isso, setores high-tech já estão operando num planeta diferente — e empurrando expectativas para toda a cadeia global.

Conclusão: quem tratar inovação como área estratégica vence; quem tratar como compra de software perde

A logística brasileira está diante de um divisor de águas.

Se na semana passada discutimos o valor da informação, hoje reforçamos o passo seguinte: as empresas terão que tratar inovação como parte da sua estrutura — não como ferramenta, não como projeto, não como prioridade “quando der tempo”.

É a evolução natural de um setor que está deixando de ser apenas operacional e se tornando profundamente cognitivo.

A pergunta que fica é simples e direta: Sua empresa vai liderar essa mudança — ou ser empurrada por ela?

Raul Lamarca escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às sextas-feiras

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

LULA DEFENDE fim DA ESCALA 6X1 E PEDE AO CONSELHÃO QUE ESTUDE COMO VIABILIZAR REDUÇÃO

Em reunião com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, presidente disse que a tecnologia não melhorou qualidade do trabalho

Da Agência Brasil



Lula reforçou suas posições relativas aos gastos públicos: “Por que nesse país não se consegue enxergar que o investimento, inclusive em pessoas, é investimento?”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS, mais conhecido como Conselhão) que discuta formas de viabilizar a redução da jornada de trabalho no país. Em reunião nesta quinta-feira (4), ele defendeu o fim

da jornada 6 por 1, que prevê seis dias de trabalho e um de descanso.

O presidente disse lamentar o fato de as tecnologias estarem aumentando significativamente a produção, mas que isso não esteja se traduzindo na melhora da qualidade do trabalho para os funcionários das empresas.

Ele lembrou que, em seus tempos de sindicalista, a Volkswagen tinha 40 mil trabalhadores e produzia 1,2 mil carros. “Hoje ela tem 12 mil trabalhadores e produz o dobro de carros”, disse o presidente, no encontro realizado no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

“Por que então não reduziu a jornada de trabalho? Para que servem todos esses avanços tecnológicos, então? O que é reduzir essa jornada, de 44 horas semanais para 40? Qual é o prejuízo



que isso tem para o mundo? Nenhum”, argumentou ao lembrar que diversos países já adotaram a redução da jornada de trabalho.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de seis dias de trabalho por um de folga está em análise no Congresso Nacional.

Em meio às entregas de propostas pelo Conselho, Lula sugeriu que, nas próximas reuniões, o grupo estude “com muito carinho” a possibilidade de acabar com a jornada 6 por 1. “Não tem mais sentido, com os avanços tecnológicos que tivemos nesse país, a produção aumentar, mas os salários caírem. Se vocês me derem o conselho para reduzir a jornada, eu apresso o fim da jornada 6 por 1, para darmos uma jornada menor para o povo brasileiro”.

O Conselho é um órgão de assessoramento ao presidente da República, responsável por elaborar estudos e recomendações sobre políticas públicas de diversos temas. O grupo é formado por empresários, sindicalistas, pesquisadores, artistas e representantes de movimentos sociais.

Investimentos

Lula aproveitou o encontro para reiterar posições relativas a gastos e investimentos públicos. “Eu fico me perguntando por que tudo que o governo faz para melhorar a saúde, a educação ou o meio ambiente é considerado gasto? Por que nesse país não se consegue enxergar que o investimento, inclusive em pessoas, é investimento?”, questionou o presidente.

Segundo ele, tem muita gente que vive de mentiras no Brasil. “Tem gente que ganha fazendo especulação. Começa janeiro e os caras ficam dizendo que vai ter déficit fiscal”, disse. “Quem se queixa de déficit fiscal é a Faria Lima, que só se preocupa em ganhar mais e receber o dela”, acrescentou.

“Vocês acham que essa gente está preocupada com a periferia desse país ou com as pessoas que não conseguem comer três vezes ao dia? Acham que essa gente está preocupada com os indígenas passando necessidades? Quando a gente demarca uma terra, é como se tivéssemos tomando o país”, disse Lula.

De acordo com o presidente, não é possível que a oitava economia do mundo tenha suas ações limitadas por conta de retóricas sobre teto de gasto. “Vocês acham que os Estados Unidos e a Alemanha pensam em teto de gasto? Agora mesmo eles aprovaram 800 bilhões de euros para comprar armas. Não seria melhor ter aprovado isso para acabar com a fome no mundo? Há uma inversão de valores”, concluiu.

Licenciamento ambiental

Lula comentou também a rejeição do Congresso Nacional aos 52 vetos presidenciais ao PL que elimina ou flexibiliza regras para o licenciamento ambiental. De acordo com o presidente, as mudanças na legislação brasileira criarão problemas inclusive para os negócios do agro brasileiro com outros países.

Na avaliação do presidente, se a bancada do agro tivesse ouvido as argumentações da equipe econômica, o Congresso não teria derrubado o veto presidencial. “Nós vetamos esse projeto para proteger o agronegócio, porque essa mesma gente que derrubou meus vetos, quando a China ou a Europa pararem de comprar nossa carne ou nosso algodão, vão vir falar comigo outra vez e pedir para que eu fale com os presidentes da China ou com a União Europeia [para reverter a situação], disse o presidente.

Sobre a relação entre o Executivo e o Legislativo, Lula disse que algumas discordâncias fazem parte do jogo democrático.



NACIONAL HUB – CURTAS EMBAIXADAS COBRAM TCU SOBRE REGRAS DO LEILÃO DO SANTOS TECON 10

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

A CARTA

As embaixadas da Suíça, da Dinamarca e dos Países Baixos enviaram uma carta ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, manifestando preocupação sobre o modelo de leilão do Santos Tecon 10, o megaterminal de contêineres e carga geral a ser implantado no Porto de Santos (SP). O documento alerta para o risco de impactar a “percepção positiva do Brasil entre investidores internacionais” – o teor da missiva tem sido discutido no Palácio do Planalto, especialmente por técnicos que acompanham o desgaste gerado pelas restrições propostas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para o leilão do empreendimento.

AS RESTRIÇÕES DA ANTAQ

A Antaq propõe um leilão com restrições, impedindo a participação de empresas que já atuam no setor de contêineres do Porto de Santos. Elas só entrariam na disputa se não houvesse interessados no leilão e uma segunda sessão fosse organizada. Na prática, a primeira fase exclui grandes armadoras europeias já instaladas em Santos, como Maersk (Dinamarca), MSC (Suíça) e Santos Brasil (controlada pela francesa CMA CGM).

RECADO INDIRETO

O trecho mais sensível da carta enfatiza a importância da “preservação da competição, da transparência e da previsibilidade no processo de licitação”, afirmando que isso contribuirá para manter a “percepção positiva do Brasil entre investidores internacionais, não só para o processo específico, mas no geral”. A mensagem é vista como um recado indireto de que o impasse pode “influenciar a percepção internacional sobre o Brasil” em um momento crucial para o avanço das negociações do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. A pressão é ainda maior porque a Dinamarca assumiu, em julho, a presidência rotativa do Conselho do bloco.

INVESTIMENTO ÀS MARGENS DO RIO PARAGUAI

Um novo terminal portuário privado, com investimento estimado de R\$ 181 milhões, deve começar a ser instalado em Porto Murtinho (MS) a partir do próximo ano. O projeto, apresentado ao governo estadual nesta semana e ainda em fase de licenciamento, visa ampliar o uso do Rio Paraguai como rota estratégica para exportação e importação. A estrutura está planejada para ocupar 352 hectares nas margens do Rio Paraguai. A primeira fase do terminal terá 9,9 hectares e será dedicada ao armazenamento de grãos, fertilizantes e carga geral. A capacidade anual prevista é de 2,8 milhões de toneladas, mas esse desempenho dependerá da implantação completa e das futuras condições operacionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

CONGRESSO NACIONAL APROVA LDO COM SUPERÁVIT DE R\$ 34 BILHÕES EM 2026

O texto estabelece ainda que o governo poderá considerar o limite inferior da meta para fazer limitações de gastos.

Da Agência Brasil

O Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira (4) o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. A LDO estabelece diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026. O texto segue agora para sanção presidencial. Com a aprovação, a expectativa é que o Congresso vote na próxima semana a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano que vem.

Entre outros pontos, a LDO prevê um superávit de R\$ 34,3 bilhões em 2026, o equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). O texto estabelece ainda que o governo poderá considerar o limite inferior da meta para fazer limitações de gastos.



O texto da LDO trabalha com o parâmetro de R\$ 1.627,00 para o salário mínimo em janeiro. Mas o valor final só será conhecido após a divulgação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de novembro. Outro ponto diz respeito ao

limite de despesas que foi calculado em R\$ 2,43 trilhões. Esse valor teve um crescimento acima da inflação de 2,5%, conforme prevê as regras do arcabouço fiscal.

Ao defender a proposta, o relator, deputado Gervásio Maia (PSB-PB), disse que o debate sobre superávit ou déficit não vai avançar se o Congresso não se debruçar sobre algumas pautas, especialmente a revisão de benefícios fiscais aplicados a alguns setores da economia.

Segundo o relator, por ano, o país deixa de arrecadar cerca de R\$ 700 bilhões em razão da concessão desses benefícios.

Na avaliação do relator, “quem já anda com suas próprias pernas não precisa mais dos recursos públicos” e os benefícios podem ser aplicados em outros setores na economia, que necessitam de suporte.

Ainda segundo Maia, a revisão poderia liberar cerca de R\$ 20 bilhões no orçamento público para investimentos.

“Estamos falando de um país que abre mão de quase R\$ 700 bilhões com isenções fiscais. E algumas das empresas e indústrias que recebem, já não deveriam receber esses benefícios há muito tempo. Eles têm que ir para uma empresa que está precisando, para gerar mais empregos e contribuir com o desenvolvimento do país”, defendeu o relator.

Fundo partidário e eleitoral

Os parlamentares incluíram os recursos dos fundos partidário e eleitoral entre as despesas que não podem ser contingenciadas, isto é aquelas que o governo não pode cortar gastos.

Em setembro, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) fixou os recursos do fundo eleitoral em R\$ 4,9 bilhões para as eleições de 2026 e o fundo partidário em R\$ 1 bilhão. Além disso, os parlamentares aprovaram um reajuste de 2,5% no montante total destinado aos partidos.

Emendas

O texto aprovado também fixa prazo máximo até o final do primeiro semestre para pagamento de 65% do valor das emendas individuais e de bancadas estaduais e das transferências destinadas a fundos de saúde e assistência social. Outro ponto aprovado é o que retira a obrigatoriedade de aplicação das emendas em obras inacabadas.

Os parlamentares aprovaram ainda a redução de 105 para 100 dias o prazo para os órgãos federais analisarem as propostas das emendas individuais, ajustarem planos e divulgarem impedimentos técnicos. O texto permite o uso de recursos de emendas coletivas nos fundos de saúde para pagamento de despesas com pessoal da ativa.

Além disso, a proposta retira desconto de até 4,5% dos recursos de emendas para custeio de fiscalização quando o órgão federal executar diretamente e fixa valor mínimo de R\$ 200 mil para obras e R\$ 150 mil para serviços das chamadas emendas PIX.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

ALCOLUMBRE INDICA QUE VOTAÇÃO DE MESSIAS PARA O STF DEVE FICAR PARA 2026

Após silêncio ao ser questionado se pautaria o assunto ainda em 2025, o presidente do Senado respondeu: “Este ano só Orçamento»



Do Estadão Conteúdo

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), sinalizou nesta quinta-feira, 4, que a votação da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal deve ficar para 2026.

Alcolumbre foi questionado se pautará a indicação só no ano que vem. Após o silêncio do senador, jornalistas perguntaram se isso significaria, então, que este ano só se votaria o Orçamento, e ele respondeu: "Este ano só Orçamento".

Inicialmente, a sabatina de Messias estava marcada para 10 de dezembro, mas foi adiada pela falta da mensagem formal da indicação, o que contrariou Alcolumbre. Nesta semana, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), afirmou que a sabatina deve ficar para o ano que vem.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PTAP), também defendeu que o escrutínio seja feito em 2026. "Será um debate para o próximo ano. Acho que está pacificado", disse o petista.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

KIM KATAGUIRI PEDE AO TCU SUSPENSÃO DE CONTRATO COM EMPREITEIRA DE INVESTIGADO

Deputado disse que as suspeitas contra o administrador da empresa representam "risco concreto e iminente de dano ao erário

O deputado federal Kim Kataguiuri (União-SP) protocolou uma representação no Tribunal de Contas da União (TCU) em que pede a suspensão do contrato do Ministério da Justiça com a empreiteira de um investigado por corrupção.

A pasta escolheu a Konpax Construções para erguer uma muralha em torno do presídio de Mossoró (RN), de onde dois detentos vinculados ao Comando Vermelho (CV) fugiram em fevereiro do ano passado.

Na visão do parlamentar, as suspeitas contra o administrador da empresa e os atrasos no cronograma de execução representam "risco concreto e iminente de dano ao erário", além de "possível afronta aos princípios da moralidade, eficiência e integridade".

Conforme revelou o Estadão, um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) aponta que, de maio de 2019 a outubro de 2020, o então sócio e atual diretor da empresa, Charlys Cunha de Farias Oliveira, efetuou movimentações suspeitas de R\$ 3 milhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

GILMAR MENDES DIZ QUE É RECOMENDÁVEL CONGRESSO VOTAR NOVA LEI DO IMPEACHMENT

Segundo o magistrado, a lei "caducou" e precisa ser atualizada, já que ministros do STF sofrem ameaças devido a decisões judiciais, e não por crime de responsabilidade

Do Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes defendeu sua decisão que alterou o rito de impeachment de ministros da Corte e afirmou que a lei que rege o tema, de 1950, está desatualizada. O decano da Corte recomendou ao Congresso que edite uma nova Lei do Impeachment que seja compatível com a Constituição de 1988.

As declarações ocorreram nesta quinta-feira, 4, durante o evento Fórum Jota Segurança Jurídica, em Brasília. Na avaliação do magistrado, a lei "caducou".



Ao defender que o Congresso atualize a Lei do Impeachment, Gilmar disse que o Supremo deve se "esforçar para entregar à política aquilo que é da política"

Além de apontar que a lei está desatualizada, Gilmar disse que o contexto atual de ameaças a ministros também contou para a decisão. "Pessoas têm feito campanha por maioria para aprovar impeachment contra ministros", afirmou, em relação ao plano de bolsonaristas para eleger maioria no Senado em 2026.

Para o decano do STF, as dezenas de pedidos de impeachment movidos contra ministros se baseiam não em crime de responsabilidade, mas em decisões judiciais. "Temos sempre conversado com o presidente (do Senado) Davi Alcolumbre, o espírito do STF é de compreensão e composição", disse Gilmar.

Ao defender que o Congresso atualize a Lei do Impeachment, Gilmar disse que o Supremo deve se "esforçar para entregar à política aquilo que é da política". "Todos nós queremos que a política exerça seu papel, que as decisões principais sobre legislação sejam tomadas pelo Legislativo juntamente com o Executivo, mas isso não afasta que uma lei produzida pelo Congresso seja contrastada perante o Supremo."

Ele ainda rebateu as críticas contra um suposto ativismo do Supremo. "Não se esqueçam que nós acabamos de julgar uma tentativa de golpe de Estado e isso só foi desmontado graças à atuação do STF", afirmou.

Negativa à AGU

Gilmar Mendes negou o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para a reconsideração da liminar que dificultou o processo de impeachment de ministros da Corte. Nesta quarta-feira, 3, Gilmar determinou que somente o procurador-geral da República pode pedir o impedimento de juízes do STF.

No mesmo despacho, o ministro aumentou o quórum no Senado para a abertura do processo e estabeleceu que o mérito de decisões judiciais não pode ser considerado crime de responsabilidade.

Horas depois, um parecer assinado pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, pediu a reconsideração da liminar. A AGU defendeu a prerrogativa de "todo cidadão" para denunciar crimes de responsabilidade de ministros do STF.

Na tarde desta quinta-feira, 4, o decano rejeitou o pedido. Segundo Gilmar, o pedido de Messias é "manifestamente incabível". "O ordenamento jurídico brasileiro não contempla o chamado pedido de reconsideração", defendeu o ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

FLÁVIO DINO PROÍBE REPASSE DE EMENDAS PARA EDUARDO BOLSONARO E ALEXANDRE RAMAGEM

Ministro do STF atendeu a pedido do PSOL. Os deputados, que estão nos EUA, apresentaram cerca de R\$ 80 milhões em emendas ao Orçamento de 2026

Da Agência Brasil



O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, nesta quinta-feira (4), em Brasília, proibir a liberação de emendas parlamentares para os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ). Ambos estão nos Estados Unidos.

A decisão foi motivada por um pedido feito pela bancada do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) para impedir o pagamento aos parlamentares, que apresentaram cerca de R\$80 milhões em emendas ao Orçamento de 2026.

O ministro entendeu que não pode ser permitido que deputados que estão no exterior irregularmente possam empenhar emendas.

“Admitir que parlamentares na referida condição emendem o orçamento público constitui deformação do devido processo orçamentário, uma vez que tal prerrogativa decorre diretamente da representação política ativa e do regular desempenho da função legislativa”, afirmou.

Foragido

Condenado a 16 anos de prisão na ação penal da trama golpista, Ramagem é considerado foragido pelo STF e está em Miami.

Eduardo Bolsonaro deixou o país em fevereiro deste ano e passou a fomentar ações do governo norte-americano contra o Brasil, como o tarifaço contra as exportações brasileiras e a aplicação da Lei Magnitsky contra ministros do STF e do governo federal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

RELATÓRIO DA PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA SERÁ APRESENTADO PRÓXIMA SEMANA

Presidente da Câmara quer mais debate com líderes partidários. O relator Mendonça Filho conversando com parlamentares antes de apresentar o parecer

Do Estadão Conteúdo

A comissão especial da Câmara dos Deputados adiou a apresentação do parecer do relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/25, a PEC da Segurança Pública, Mendonça Filho (União-PE). Previsto para a última quarta-feira, o relatório do projeto será apresentado na terça-feira (9).

Segundo o relator, o adiamento ocorreu a pedido do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) para a realização de mais conversas com os líderes partidários.

“O presidente Hugo Motta preferiu dar mais tempo para que a gente possa avançar para essas conversas e, tendo em vista essas conversas que tenho tido, a minha apresentação do texto ficou remarcada para terça-feira”, disse o deputado.

O relator disse que realizou uma rodada de conversas com lideranças para debater a temática da proposta e “para que o texto reflita um pouco mais o sentimento da Casa”.

Entre as lideranças que conversaram com Mendonça Filho, estão os deputados Lindbergh Farias (PT-RJ), líder da federação PT-PCdoB-PV; Pedro Campos (PSB-PE) e Rubens Pereira Junior (PT-MA), vice-líder do governo na Câmara dos Deputados. “Evidentemente que essas interações servirão para que eu possa recolher melhor o sentimento entre os líderes e parlamentares importantes dentro da Casa”, afirmou.

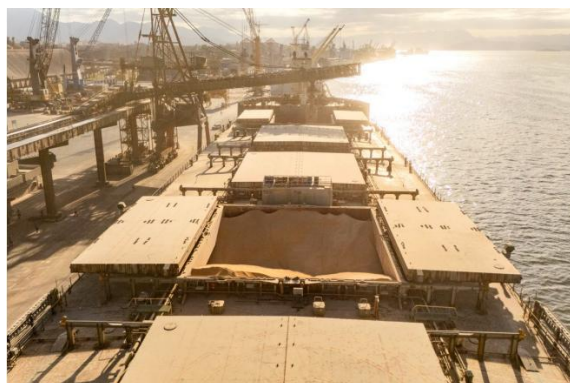
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

AUMENTO DO CALADO IMPULSIONA RECORDE DE EMBARQUE DE MILHO EM PARANAGUÁ

Porto inicia dezembro com 77 mil toneladas carregadas em um único navio e projeta novos ganhos operacionais após concessão do Canal de Acesso

Da Redação redacao.jornal@redebeneuws.com.br



Entre janeiro e novembro, os portos do Paraná registraram 4.571.970 toneladas de milho, crescimento de 351% em relação ao mesmo período de 2024 (1.013.174 toneladas)

O Porto de Paranaguá iniciou dezembro com um novo recorde operacional no Corredor de Exportação Leste. O navio MV Minoan Pioneer embarcou 77 mil toneladas de milho na primeira semana do mês, marca atribuída ao recente aumento do calado dos berços voltados a grãos sólidos.

O calado — distância entre a superfície da água e a quilha das embarcações — é determinante para a capacidade de carregamento dos navios. Quanto maior a profundidade disponível, maior o volume transportado em uma única operação. Em setembro, o calado operacional nesses berços passou de 13,1 metros para 13,3 metros, permitindo que cada embarcação leve até 1,5 mil toneladas a mais.

Para a administração portuária, o ganho operacional já se reflete na produtividade. “Nosso objetivo é receber navios cada vez maiores, que possam embarcar mais mercadorias, mantendo a excelência no atendimento. Este recorde é prova de que estamos no caminho certo”, afirmou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

O desempenho do milho tem sido uma das principais forças da movimentação portuária neste ano. Entre janeiro e novembro, os portos do Paraná registraram 4.571.970 toneladas do grão, crescimento de 351% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram 1.013.174 toneladas. A expansão é sustentada por uma safra recorde e pela demanda internacional em alta.

O avanço observado em Paranaguá contrasta com o ritmo nacional. Embora a produção brasileira de milho deva superar 140 milhões de toneladas em 2025, boa parte foi direcionada ao mercado interno, impulsionada principalmente pela produção de etanol. As exportações devem ficar próximas de 40 milhões de toneladas, das quais a maior parcela sai pelo porto paranaense. Países do Oriente Médio e da Ásia estão entre os principais destinos.

A avaliação interna é de que o aumento do calado reforça a eficiência do terminal. “A possibilidade de navios mais carregados, aliada à nossa eficiência operacional, consolida o Porto de Paranaguá como ponto estratégico para exportação de grãos, contribuindo para a competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional”, afirmou o diretor de Operações Portuárias da Portos do Paraná, Gabriel Vieira.

Canal de acesso

O desempenho recente ocorre em um momento de expectativa para uma nova fase do Porto de Paranaguá. Com o leilão do canal de acesso realizado em outubro na B3, o Consórcio Canal da Galheta Dragagem — formado por FTS Participações Societárias S.A., Deme Concessions NV e Deme Dredging NV — deverá investir R\$ 1,2 bilhão nos primeiros cinco anos da concessão.

Entre as obrigações previstas está a ampliação e o aprofundamento do canal para 15,5 metros, o que permitirá que os navios aumentem ainda mais sua capacidade de carga. O acréscimo superior a dois metros no calado poderá representar um adicional de 14 mil toneladas de grãos sólidos

vegetais ou mil contêineres por embarcação. O contrato também prevê a manutenção da infraestrutura ao longo dos 34,5 quilômetros do canal.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 05/12/2025

GOVERNO HOMOLOGA CONCESSÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O projeto permitirá o aprofundamento e o alargamento do canal principal, garantindo a manutenção da sua profundidade de acesso e a melhoria das condições de navegabilidade

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) homologou, na quinta-feira (4), o resultado do leilão que define a concessão do Canal de Acesso Aquaviário ao Porto de Paranaguá. A decisão confirma o Consórcio Canal Galheta Dragagem (CCGD), liderado pela FTS Participações Societárias S.A., como responsável pela execução do projeto, concluindo a etapa licitatória conduzida pela

Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Em nota, o MPor destacou que a homologação representa um passo decisivo para a modernização de um dos mais importantes corredores logísticos do país. O aprofundamento e a ampliação do canal permitirão a entrada de embarcações de maior porte, ampliando a competitividade do Porto de Paranaguá e fortalecendo sua posição estratégica no comércio exterior brasileiro.

A decisão considerou a proposta apresentada pelo consórcio vencedor, a habilitação técnica da Comissão Permanente de Licitação de Concessões e Arrendamentos Portuários, o encerramento dos procedimentos na Antaq e os elementos constantes de dois processos referentes ao leilão.

O projeto, que envolve investimento estimado superior a R\$ 1,22 bilhão, permitirá o aprofundamento e o alargamento do canal principal, assegurando também a manutenção contínua da sua profundidade de acesso e a melhoria das condições de navegabilidade.

As intervenções ampliarão a previsibilidade e a segurança das operações e tornarão possível a recepção de navios de maior calado, elevando a capacidade e a eficiência do Porto de Paranaguá.

Próximos passos

Com a etapa licitatória concluída e homologada, o consórcio vencedor seguirá para a fase de assinatura do contrato de concessão, conforme os trâmites previstos nas normas vigentes.

Após a formalização contratual, terá início a implantação das obras e serviços que darão origem a um canal mais profundo, seguro e eficiente, consolidando um marco importante para o desenvolvimento logístico do Paraná e do Brasil.

De acordo com o ministério, a modernização do canal reforça o compromisso do Governo Federal em consolidar uma infraestrutura portuária robusta, sustentável e preparada para acompanhar o crescimento do comércio exterior brasileiro nas próximas décadas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 05/12/2025

AEROPORTO DE GUARUJÁ ENTRA EM RETA DECISIVA PARA INICIAR OPERAÇÕES

Recursos anunciados pelo Ministério de Portos e Aeroportos, da ordem de R\$ 4 milhões, destravam planos e sistemas necessários ao funcionamento

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A Prefeitura de Guarujá ainda aguarda os processos de homologação do aeroporto junto à Anac, que inclui áreas da pista e do Terminal Provisório de Passageiros (TPS)

O Aeroporto Civil Metropolitano, em Guarujá, no litoral de São Paulo, deve iniciar as operações de voos comerciais

daqui a um ano. Essa é a expectativa do deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), que se reuniu com o ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, na quarta-feira (3). Até então, existia uma estimativa do setor de que o aeroporto começasse a operar no 1º semestre do ano que vem. A pasta também anunciou um repasse de R\$ 4 milhões para a obra.

O repasse vai custear etapas burocráticas para o funcionamento do futuro terminal, tais como: elaboração do Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano Diretor Aeroportuário, que consiste no planejamento, instalação e o desenvolvimento da infraestrutura do aeroporto, e o sistema PAPI, sigla em inglês para Indicador de Percurso de Aproximação de Precisão.

“As obras (do aeroporto) estão em andamento, mas nós tínhamos pendências burocráticas. O plano de zoneamento, o plano diretor, demandas que requerem investimentos, mais de R\$ 4 milhões que são necessários para que essas medidas sejam adotadas e o aeroporto possa entrar em funcionamento”, comentou o parlamentar.

Até o momento, foram viabilizados recursos para as obras de adequação do aeroporto, obra do futuro terminal de passageiros, a pista principal e o cercamento da área. Agora, com a destinação da verba, o aeroporto passará a ser submetido a estudos para garantir o pleno funcionamento do equipamento.

Costa Filho destacou que as últimas etapas burocráticas devem ser concluídas em breve para o pleno funcionamento e operação de voos comerciais no litoral paulista.

“A obra ficou paralisada por muito tempo e a gente está tendo a capacidade de poder entregar esse aeroporto. Fizemos alguns ajustes importantes e nós esperamos que, ao longo de 2026, a gente possa estar com esse aeroporto pronto, preparado, funcionando manhã, tarde e noite. Será muito importante para o turismo de negócios, de lazer e a gente vai poder desenvolver ainda mais aquela região”, comentou.

A Prefeitura de Guarujá ainda aguarda os processos de homologação do aeroporto junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que inclui áreas da pista e do Terminal Provisório de Passageiros (TPS). Só a partir daí, que a operação de voos comerciais é autorizada.

A Infraero, empresa contratada para fazer a administração do aeroporto, informou que, uma vez que todas as obras de infraestrutura estejam concluídas, serão iniciadas as tratativas relacionadas à operação do aeroporto e, consequentemente, as negociações com companhias aéreas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

AEROPORTOS DO CENTRO-OESTE MOVIMENTAM MAIS DE 1 MILHÃO DE PASSAGEIROS EM OUTUBRO

Brasília concentra quase dois terços do fluxo; governo destaca investimentos na modernização de terminais e em obras de infraestrutura

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Em outubro, os aeroportos da região registraram 1.096.600 passageiros embarcados em voos domésticos, alta de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior (1.029.569)

O Centro-Oeste tem se destacado como um dos principais protagonistas do crescimento da aviação regional e segue em expansão, consolidando-se como um polo estratégico para o transporte aéreo no Brasil. Dados divulgados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) indicam que, em outubro de 2025, os aeroportos da região registraram 1.096.600

passageiros embarcados em voos domésticos, representando um aumento de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram contabilizados 1.029.569 embarques.

O aeroporto de Brasília (SBBR) concentrou a maior parte do tráfego, com 63,84% da movimentação total, seguido por Goiânia (SBGO), com 15,43%; Várzea Grande/Cuiabá (SBCY), com 10,76%; e Campo Grande (SBCG), com 5,62%. A posição geográfica estratégica do Centro-Oeste, conhecida como o “coração do Brasil”, transforma a região em um elo essencial para o escoamento de cargas e o transporte de passageiros entre as regiões Norte, Sul, Sudeste e Nordeste.

O crescimento reflete não apenas a demanda crescente por viagens aéreas na região, mas também o impacto direto de investimentos estratégicos realizados pelo Governo Federal para ampliar a infraestrutura aeroportuária e melhorar a experiência dos passageiros. Em 2025, foram destinados R\$ 625 milhões para melhorias em terminais do Centro-Oeste, incluindo ampliação e modernização, construção de novas pistas, reforço na infraestrutura existente e implementação de medidas de segurança para pousos e decolagens.

“Os resultados são fruto de políticas voltadas para o desenvolvimento regional. Investir em terminais e ampliar a conectividade é fundamental para integrar ainda mais as cidades brasileiras, fomentar o desenvolvimento econômico e garantir que o transporte aéreo chegue com qualidade a todas as regiões do país”, afirmou o ministro Silvano Costa Filho.

Principais aeroportos

Além de movimentar passageiros, os aeroportos da região desempenham papel crucial no transporte de cargas, incluindo produtos agrícolas, manufaturados e insumos industriais, contribuindo para dinamizar a economia local e nacional. A infraestrutura aeroportuária moderna reduz custos logísticos e agiliza a distribuição de mercadorias, fortalecendo a competitividade do país no comércio interno e externo.

O Aeroporto de Brasília concentra 68,18% do volume total de cargas da região, seguido pelo Aeroporto de Várzea Grande (MT), com 13,17%, e pelo Aeroporto de Goiânia (GO), com 12,73%. A infraestrutura aeroportuária moderna reduz custos logísticos e agiliza a distribuição de mercadorias, fortalecendo a competitividade do país no comércio interno e externo.

A expectativa do governo é de que a região continue a registrar crescimento consistente nos próximos anos, consolidando o Centro-Oeste como um polo de referência para transporte aéreo, desenvolvimento econômico e integração logística.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

PASSAGEIROS EVACUAM AVIÃO EM GUARULHOS APÓS FOGO EM ESTEIRA DE BAGAGEM

Incidente ocorreu no Terminal 2 do aeroporto e mobilizou equipes de emergência; Latam afirma que situação foi controlada

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Vídeos publicados nas redes sociais mostram funcionários do aeroporto tentando conter o incêndio com extintores enquanto os passageiros eram orientados a deixar a aeronave

Um princípio de incêndio em um equipamento de solo provocou a evacuação de um Airbus A320 da Latam Brasil na noite desta quinta-feira (4) no Aeroporto Internacional de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo. O episódio ocorreu no Terminal 2, durante o desembarque de um voo que seguiria para Porto Alegre, e mobilizou equipes de emergência do aeroporto.

De acordo com relatos de passageiros, o fogo começou na esteira de bagagem que atendia à aeronave. As chamas se espalharam rapidamente, gerando intensa fumaça na lateral direita do A320. Vídeos publicados nas redes sociais mostram funcionários tentando conter o incêndio com extintores enquanto os ocupantes eram orientados a deixar o avião.

Imagens também registram o acionamento das escorregadeiras infláveis, utilizadas por parte dos passageiros para a saída emergencial pelo pátio. Outro registro mostra bombeiros afastando o veículo já queimado e marcas de fuligem na fuselagem.

Um dos passageiros que estavam a bordo descreveu o momento como tenso, mas afirmou que todos conseguiram deixar a aeronave com segurança e que não houve feridos.

A aeronave permanece em avaliação após o incidente, e as causas do incêndio serão apuradas. A Latam se pronunciou sobre o ocorrido por meio de nota. Leia a íntegra:

“A LATAM Airlines Brasil informa que, durante o embarque dos passageiros do voo LA3418 (São Paulo/Guarulhos–Porto Alegre), houve um princípio de incêndio em um equipamento de solo de uma empresa terceirizada, responsável pelo carregamento de cargas do voo.

A fumaça gerada pelo equipamento acionou os protocolos de segurança. Os passageiros foram retirados da aeronave pela ponte de embarque (finger) e pela escorregadeira (escape slide), todos com auxílio dos funcionários treinados para esse tipo de situação.

Não houve feridos e a situação foi rapidamente controlada.

A LATAM está oferecendo toda a assistência necessária aos clientes impactados, que serão reacomodados em outros voos. A companhia reforça, ainda, que a segurança está no centro de todas as suas decisões e operações.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

PARTIDO ACIONA STF CONTRA REGRAS QUE ISENTAM AÉREAS DE INDENIZAR PASSAGEIROS

Rede Sustentabilidade questiona mudanças no Código Brasileiro de Aeronáutica que ampliam hipóteses de “força maior” e pede análise do tema pelo Plenário

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Na ação, a Rede Sustentabilidade argumenta que os motivos previstos na lei para excluir a responsabilidade das empresas são amplos, de difícil verificação e acabam blindando-as

A Rede Sustentabilidade acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar trechos do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) que tratam da responsabilidade civil das companhias aéreas em casos de atraso ou cancelamento de voos motivados por mau tempo ou outras situações classificadas como “força maior”. A Ação Direta de

Inconstitucionalidade (ADI) 7908 foi distribuída ao ministro Flávio Dino.

O partido questiona alterações introduzidas pela Lei 14.034/2020 no artigo 256 do CBA (Lei 7.565/1986). As mudanças isentam as transportadoras de indenizar passageiros quando houver comprovação de que, “por motivo de caso fortuito ou de força maior”, foi impossível adotar medidas necessárias para evitar o dano. O próprio dispositivo, em seu parágrafo 3º, define como hipóteses de caso fortuito ou força maior situações como restrições a pousos e decolagens por condições meteorológicas adversas, indisponibilidade de infraestrutura aeroportuária e medidas governamentais — a exemplo das decretadas durante a pandemia de Covid-19.

Na ação, a Rede Sustentabilidade argumenta que os motivos previstos na lei para excluir a responsabilidade das empresas são amplos, de difícil verificação e, na prática, acabam “blindando as empresas”. Segundo o partido, a legislação cria obstáculos à produção de provas, dificulta o acesso dos passageiros à Justiça e limita a análise do magistrado em casos concretos. Esse conjunto de fatores, afirma a legenda, gera proteção excessiva ao transportador, “comprometendo o equilíbrio da relação de consumo” e violando princípios constitucionais relacionados à dignidade da pessoa humana, ao devido processo legal e ao contraditório.

Para a agremiação, a presunção de que as situações listadas na norma configuram automaticamente “caso fortuito ou força maior” não considera que esses eventos nem sempre impedem o cumprimento do contrato de transporte. A Rede sustenta que a avaliação deve ser feita individualmente, permitindo que consumidores busquem reparação por eventuais danos materiais e morais.

Diante da relevância do tema para a ordem social e para a segurança jurídica, o ministro Flávio Dino determinou que a discussão seja levada diretamente ao Plenário do STF, para julgamento definitivo. Ele também solicitou informações à Presidência da República e ao Congresso Nacional, que deverão se manifestar no prazo de dez dias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

LATAM PREVÊ 2026 DE CRESCIMENTO REGIONAL E MELHORA DE INDICADORES OPERACIONAIS

Projeções incluem aumento da oferta, fluxo de caixa alavancado robusto e liquidez superior a US\$ 5 bilhões.

Do Estadão Conteúdo



O Grupo Latam divulgou na quarta-feira, 3, as projeções financeiras e operacionais para 2026. A companhia prevê aumento entre 8% e 10% na capacidade, medida por ASK (assentos-quilômetros oferecidos), com o mercado doméstico brasileiro crescendo acima das demais operações na região.

Para o mercado doméstico da afiliada do Brasil, a expectativa é de um aumento entre 6% e 8% na oferta. Já para as operações domésticas das afiliadas do Chile, Colômbia, Equador e Peru, o crescimento esperado é entre 5% e 7%. No mercado internacional, o aumento previsto é de 11% a 13%.

Do lado financeiro, o grupo espera um aumento no Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), chegando à faixa entre US\$ 4,2 bilhões e US\$ 4,6 bilhões em 2026, o que representa um incremento em relação ao guidance deste ano, de US\$ 4 bilhões a US\$ 4,1 bilhões. A Latam projeta ainda geração de fluxo de caixa alavancado superior a US\$ 1,7 bilhão no próximo ano.

A expectativa é que a alavancagem líquida ajustada (dívida líquida total/Ebitda ajustado) fique em ou abaixo de 1,4 vez. Enquanto isso, prevê ter uma liquidez superior a US\$ 5 bilhões ao final de 2026.

Na ponta das despesas, projeta custo unitário ajustado das operações de passageiros, excluindo combustível, entre 4,3 e 4,5 centavos.

"As projeções operacionais e financeiras refletem o resultado do modelo de negócios único da Latam, que nos permite aspirar a obter resultados financeiros sólidos e sustentáveis ao longo do tempo. Olhando para o futuro, continuaremos trabalhando para manter nossa disciplina na execução e no controle de custos", afirma o CEO do Latam Airlines Group, Roberto Alvo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

CORTE DOS EUA INVALIDA CLÁUSULA DO PLANO DA GOL APROVADO NO CHAPTER 11

Decisão atinge apenas os third party releases e não altera a reestruturação já concluída pela companhia aérea

Do Estadão Conteúdo

A Gol anunciou na quarta-feira, 3, que a Corte Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York decidiu invalidar uma cláusula específica de seu plano de recuperação judicial sob o Chapter 11, confirmado em maio deste ano. A companhia diz que ainda avalia se recorrerá da decisão.

Passível de recurso, a decisão, ainda segundo a Gol, atinge apenas o dispositivo conhecido como third party releases (em tradução livre, "lançamentos de terceiros"), sem afetar a conclusão do seu processo de reestruturação.

Em 20 de maio, a Corte de Falências do mesmo distrito havia aprovado o plano que permitiu a realização de uma série de transações financeiras. Essas operações foram concluídas em 6 de junho, marcando a saída definitiva da Gol do Chapter 11. O recurso foi apresentado pelo Office of the United States Trustee (OUST), órgão governamental responsável por supervisionar processos de falência no país.

A contestação não questionava o plano como um todo, mas apenas a previsão de liberações de reivindicações que credores e outros stakeholders (públicos de interesse) da Gol poderiam vir a apresentar contra terceiros mecanismos comuns em reestruturações norte-americanas, mas frequentemente contestado pelo OUST.

A Corte Distrital acatou o entendimento do órgão e determinou a exclusão dos third party releases do plano.

"Todas as transações previstas no plano já foram concluídas, e a decisão não altera suas operações nem sua situação financeira após a saída do Chapter 11", conclui a Gol por meio de comunicado ao mercado.

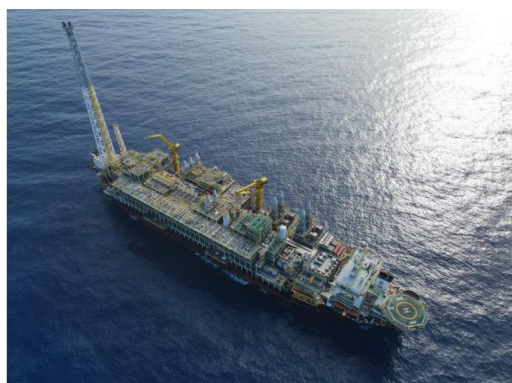
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

PETROBRAS COMPRA FATIAS DA UNIÃO EM MERO E ATAPU POR R\$ 8,8 BILHÕES

Operações feitas em consórcio com a Shell elevam participação da estatal nas duas jazidas e marcam o primeiro leilão do tipo após a nova lei dos AIPs

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O consórcio arrematou 3,500% da União na jazida compartilhada de Mero, por R\$ 7,79 bilhões. Assim, a participação da Petrobras no campo aumenta de 38,60% para 41,40%

A Petrobras ampliou sua presença em duas das áreas mais produtivas do pré-sal ao adquirir, em parceria com a Shell, as participações pertencentes à União nas jazidas de Mero e Atapu. As ofertas foram apresentadas no Leilão de Áreas Não Contratadas, realizado nesta quinta-feira (4) pela Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) na B3, em São Paulo. O certame marcou a primeira operação desse tipo desde a aprovação, em julho deste ano, da lei que autoriza o governo federal a vender seus direitos e obrigações em acordos de individualização da produção (AIPs) em regiões do pré-sal ainda não concedidas ou não partilhadas.

O consórcio formado por Petrobras (80%) e Shell (20%) arrematou 3,500% da União na jazida compartilhada de Mero, por R\$ 7,79 bilhões. Com o resultado, a participação da Petrobras no campo aumenta de 38,60% para 41,40%. No caso de Atapu, a companhia liderou o consórcio composto por Petrobras (73,24%) e Shell (26,76%), que comprou 0,950% da União por R\$ 1,001 bilhão, elevando a participação da estatal de 65,687% para 66,38%. As duas propostas foram feitas sem concorrência, conforme informado pela PPSA.

Somados, os lances nas duas áreas alcançaram cerca de R\$ 8,8 bilhões, valor que será direcionado ao governo federal. Segundo a Petrobras, R\$ 6,97 bilhões serão desembolsados ainda em dezembro de 2025, com a assinatura dos contratos prevista para ocorrer até março de 2026. A empresa destacou que o dispêndio estava previsto em seu planejamento financeiro e que os volumes adquiridos, embora não estivessem originalmente no plano, permanecem dentro da margem de variação de $\pm 4\%$ projetada na curva de produção do Plano de Negócios 2026–2030.

A ampliação das participações foi apresentada pela Petrobras como parte da estratégia de longo prazo definida no Plano de Negócios 2026–2030, que inclui reposição de reservas e manutenção da resiliência econômica e ambiental das operações. O leilão integra o processo de consolidação dos AIPs, mecanismo que regula a exploração de jazidas que se estendem por áreas com diferentes regimes contratuais.

Além de Mero e Atapu, o certame ofertou a jazida de Tupi, que não recebeu propostas. O resultado ficou abaixo da expectativa inicial de arrecadação, em razão da ausência de concorrência e da participação restrita aos consórcios liderados pela Petrobras.

Atratividade

A PPSA, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), destacou que o leilão movimentou R\$ 8,8 bilhões e reforçou a atratividade das áreas do pré-sal. Segundo a estatal, a venda das

participações da União — 3,50% em Mero e 0,950% em Atapu — registrou ágio médio de 3,3%, com destaque para Atapu, que alcançou ágio de 16% sobre o valor mínimo estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que “os resultados do leilão mostram que acertamos ao apostar na transparência, na previsibilidade e na boa governança. O mercado respondeu com confiança, e isso se traduz em mais investimentos, mais arrecadação e mais desenvolvimento socioeconômico para o Brasil”.



Para o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, os resultados do leilão mostram que o governo acertou ao apostar na transparência, na previsibilidade e na boa governança

Segundo o MME e a PPSA, o leilão representa um marco para a governança do pré-sal ao permitir que a União transfira seus direitos e obrigações com segurança jurídica e critérios técnicos e econômicos definidos. A iniciativa também busca estimular investimentos, acelerar projetos de exploração e produção e fortalecer a participação direta da União

nos resultados, por meio de bônus de assinatura e da partilha do excedente em óleo.

Com a conclusão do processo, os vencedores passam a assumir integralmente os compromissos previstos nos AIPs, incluindo descomissionamento, recuperação ambiental e continuidade operacional. O MME afirma que o modelo reforça a transparência regulatória e contribui para a modernização do setor de óleo e gás, com impactos diretos na cadeia produtiva e na arrecadação federal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

PDE 2035 PROJETA AVANÇO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NO BRASIL

Documento prevê aumento dos volumes, maior participação do pré-sal e expansão da oferta de gás natural ao longo da próxima década

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que o estudo reafirma a capacidade do Brasil de ampliar sua produção de petróleo e gás

O Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgaram nesta quarta-feira (03/12) o Caderno de Produção de Petróleo e Gás Natural do Plano Decenal de Expansão de Energia 2035 (PDE 2035).

O documento projeta que, na próxima década, o Brasil poderá atingir um novo patamar na produção de petróleo e gás natural, com expansão contínua dos volumes, maior competitividade e baixas emissões específicas, próximas de 14 quilogramas de CO₂ equivalente por barril de óleo equivalente (CO₂eq/boe), impulsionadas sobretudo pelo perfil produtivo do pré-sal.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, pontuou que o estudo reafirma a capacidade do Brasil de ampliar sua produção de petróleo e gás natural com competitividade, segurança e responsabilidade ambiental.



“A força do pré-sal, aliada à diversificação de projetos e ao fortalecimento dos produtores independentes, demonstra que o país avança com um planejamento sólido e visão de futuro. Este é um marco importante para consolidarmos nossa relevância energética global, promovendo desenvolvimento econômico sustentável e inovação tecnológica,” afirmou Silveira.

As projeções apontam que a produção nacional de petróleo poderá atingir 4,9 milhões de barris por dia em 2035, com pico de 5,1 milhões de barris por dia em 2032, representando um crescimento de 44% em relação a 2024.

Esse avanço será sustentado majoritariamente por recursos descobertos, que respondem por cerca de 92% da produção estimada para 2035, e pela elevada contribuição do pré-sal, responsável por aproximadamente 76% da produção nacional ao final do período.

Entre os projetos estratégicos, o campo de Búzios se destaca com a entrada de seis novas unidades de produção até 2030, cujo conjunto poderá alcançar cerca de 1,7 milhão de barris por dia em 2030 e 1,1 milhão de barris por dia em 2035.

A expansão produtiva ocorre de forma diversificada entre os diferentes regimes regulatórios: a concessão deve representar cerca de metade da produção, seguida pela partilha de produção, com aproximadamente 39%, e pela cessão onerosa, com cerca de 11% em 2035.

No caso do gás natural, o caderno projeta que a produção bruta deverá atingir 299 milhões de m³/dia em 2035, com pico de 309 milhões de m³/dia em 2033, o que representa um aumento de 95% em relação à produção realizada em 2024.

Recursos Descobertos

A produção líquida, após descontos de consumo próprio, queima, perdas e injeção, deverá alcançar 127 milhões de m³/dia em 2035, com crescimento de 154% no período. Assim como no petróleo, a produção de gás continuará sendo dominada pelos Recursos Descobertos, que respondem por cerca de 96% da produção bruta e 93% da produção líquida, enquanto o pré-sal representará aproximadamente 80% da produção bruta e 61% da produção líquida de gás natural no final do decênio.

O estudo também indica que recursos ainda não descobertos poderão começar a produzir a partir de 2030, representando cerca de 7% da produção nacional em 2035 e reforçando a resiliência de longo prazo do suprimento energético brasileiro.

A produção onshore, apesar de representar parcela menor do total nacional, apresenta trajetória consistente de recuperação. Estima-se que essa produção alcance 296 mil barris de óleo equivalente por dia em 2035, com pico de 332 mil boe/d em 2034, crescimento de 28% em relação a 2024.

A crescente participação de produtores independentes, que poderá superar 60% da produção em terra em 2035, reflete o impacto de políticas públicas como a redução de royalties, a prorrogação de contratos de concessão e o programa de desinvestimento da Petrobras, que têm impulsionado a revitalização de campos maduros e estimulado o desenvolvimento regional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

MERCADO DE PETRÓLEO SOBE COM INCERTEZAS SOBRE GUERRA

Impasse entre Rússia e Ucrânia e crescimento inesperado das reservas nos EUA modulam o ritmo de recuperação dos preços

Do Estadão Conteúdo

Os contratos futuros do petróleo encerraram a sessão desta quarta-feira, 3, em alta com a persistência de tensões globais com a aparente falta de avanço nas negociações para encerrar a

guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Também no radar, o aumento nos estoques de petróleo dos Estados Unidos.

O petróleo WTI para janeiro, negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), teve avanço de 0,52% (US\$ 0,31), a US\$ 58,95 o barril. Já o Brent para fevereiro, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), subiu 0,35% (US\$ 0,22), a US\$ 62,67 o barril.

Mantendo o sinal positivo durante a maior parte do dia, a commodity chegou a perder ímpeto após a publicação dos dados de emprego do setor privado dos EUA, mas recuperaram o ritmo desde então, em meio a continuidade das tensões geopolíticas.

“O acordo de paz entre russos e ucranianos ainda aparenta estar em sua fase inicial, sem grandes avanços”, pontua o Goldman Sachs. Na primeira reunião entre o Kremlin e Washington, o assessor de política externa do presidente russo, Yuri Ushakov, afirmou que Vladimir Putin “aceitou algumas propostas americanas”, mas disse que outras são “inaceitáveis”.

“Os mercados de petróleo e os mercados de previsão não parecem precificar uma alta probabilidade de um acordo de paz em curto prazo e a remoção das sanções ao petróleo russo”, continua o Goldman Sachs.

Para analistas da XMArabia, a geopolítica ajuda a manter os preços da commodity elevados, “enquanto as preocupações com a demanda e a incerteza macroeconômica impedem uma alta sustentada”. Com isso, os preços do petróleo devem permanecer em leve tendência de alta, caso as condições atuais persistam.

Contudo, os ganhos da sessão foram limitados pelo avanço de 600 mil barris nos estoques de petróleo dos EUA, quando a expectativa era de uma queda de quase 2 milhões de barris.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

PRIMEIRO DATA CENTER DO TIKTOK NA AMÉRICA LATINA TERÁ INVESTIMENTO SUPERIOR A R\$ 200 BI

A instalação ficará no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no Ceará, e será alimentada por energia 100% renovável

Do Estadão Conteúdo



Dentro do valor total do data center, estão R\$ 108 bilhões a serem alocados para equipamentos até 2035 e investimentos adicionais na década seguinte

O TikTok confirmou a construção de seu primeiro data center na América Latina, que será instalado no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no Ceará. A fase inicial das operações está prevista para 2027.

O projeto já era conhecido, mas a empresa de tecnologia por trás desse negócio ainda não havia sido oficialmente divulgada. O empreendimento será feito em parceria com a Omnia, operadora de data centers do grupo Pátria Investimentos, e com a Casa dos Ventos, empresa de energia renovável.

De acordo com comunicado do TikTok, o projeto envolve um investimento total estimado em mais de R\$ 200 bilhões, considerando todas as etapas. Dentro desse valor, estão R\$108 bilhões a serem

alocados para equipamentos até 2035 e investimentos adicionais em aprimoramentos tecnológicos ao longo da década seguinte.

A obra ficará com a Omnia, enquanto a geração de energia será da Casa dos Ventos. Já o grosso dos aportes virá do TikTok, com instalação das racks com equipamentos para processamento de dados.

O Complexo do Pecém foi escolhido para o desenvolvimento do data center por combinar oferta de energia elétrica limpa, conectividade à internet, acesso rodoviário, mão de obra e incentivos, que dão ao empreendimento um nível de competitividade comparável ao dos mega data centers ao redor do mundo. Os estudos iniciais indicam a criação de mais de 4.000 postos de trabalho, entre temporários e permanentes, na primeira fase de construção e operação.

"Este projeto é um passo decisivo para ampliar nossa contribuição ao ecossistema digital brasileiro. Ele combina inovação tecnológica, impacto socioeconômico e sustentabilidade, elementos essenciais para o fortalecimento da confiança da comunidade e das instituições no empreendimento", afirmou a diretora de Políticas Públicas do TikTok no Brasil, Mônica Guise em nota.

"É um investimento histórico para a empresa no Brasil, é um investimento de mais de R\$ 200 bilhões e é um passo fundamental que reflete o compromisso da empresa com o Brasil, que é um dos mercados digitais mais dinâmicos do mundo", completou Mônica.

Sustentabilidade

O data center será alimentado exclusivamente por energia 100% renovável, proveniente de novos parques eólicos dedicados ao projeto, que ficarão por conta da Casa dos Ventos. Portanto, a instalação não utilizará energia da rede elétrica já existente, evitando impactos no abastecimento local.

O projeto também terá um circuito fechado de reuso de água para atender o resfriamento dos equipamentos. Com isso, o consumo de água será reduzido.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

BALANÇA REGISTRA MENOR SUPERÁVIT PARA NOVEMBRO EM QUATRO ANOS

Importações em alta e recuo das exportações de petróleo pressionam resultado; comércio com EUA tem novo déficit após tariffação

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



De janeiro a novembro deste ano, as exportações para os Estados Unidos caíram 6,7%, enquanto as importações aumentaram 12,7%, acumulando déficit de US\$ 7,94 bilhões

Pressionada pelo avanço das importações e pela queda nas vendas externas de petróleo, a balança comercial registrou em novembro de 2025 o menor superávit para meses de novembro em quatro anos. Segundo dados divulgados nesta quinta-feira (4) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o saldo positivo somou US\$ 5,842

bilhões no mês passado, recuo de 13,4% em relação aos US\$6,746 bilhões de novembro de 2024. O resultado, que também ficou abaixo do observado em outubro (US\$ 6,964 bilhões), é o pior para novembro desde 2021, quando houve déficit de US\$ 1,11 bilhão.



As exportações totalizaram US\$ 28,515 bilhões, alta de 2,4% frente ao mesmo mês de 2024 e recorde histórico para novembro desde 1989. Do lado das importações, houve aumento de 7,4%, alcançando US\$ 22,673 bilhões, também o maior valor da série para o mês. De acordo com a Secex/MDIC, o superávit de novembro superou a mediana das estimativas coletadas pelo Projeções Broadcast, que indicava US\$ 5,539 bilhões.

Na divisão setorial das vendas externas, a Agropecuária teve expansão de 25,8%, puxada por soja (+64,6%), milho não moído (+12,6%) e café não torrado (+9,1%). As exportações da Indústria de Transformação avançaram 3,7%, com destaque para produtos semiacabados de ferro e aço (+102%), aeronaves e componentes (+86,1%) e carne bovina (+57,9%). Já a Indústria Extrativa registrou queda de 14%, influenciada pelo recuo de 64,2% nos embarques de minérios de cobre e de 21,3% nas vendas de petróleo bruto — queda equivalente a US\$ 963 milhões na comparação anual. O petróleo costuma apresentar forte oscilação mensal por causa de manutenções programadas de plataformas.

Do lado das compras externas, o crescimento foi impulsionado pelo maior consumo doméstico e pelo avanço dos investimentos. Na Agropecuária, destacaram-se as altas de centeio, aveia e outros cereais (+332,8%) e de soja (+2.753%). Na Indústria Extrativa, aumentaram as aquisições de carvão não aglomerado (+53,4%), linhita e turfa (+36,6%) e gás natural (+20,5%). Já na Indústria de Transformação, cresceram principalmente as importações de combustíveis (+63,7%), motores e máquinas não elétricos (+46,4%) e máquinas de processamento automático de dados (+115,3%).

No acumulado de janeiro a novembro, o superávit soma US\$ 57,839 bilhões, queda de 16,8% em relação aos US\$69,540 bilhões registrados no mesmo período de 2024 e o menor valor para o intervalo desde 2022. As exportações no ano atingiram US\$ 317,821 bilhões (+1,8%), enquanto as importações totalizaram US\$ 259,983 bilhões (+7,2%).

EUA e China

O desempenho por parceiros comerciais também mostrou movimentos distintos. As vendas para os Estados Unidos recuaram 28,1% em novembro, totalizando US\$ 2,662 bilhões. Foi o quarto mês consecutivo de retração após a sobretaxa de 50% imposta pelo governo Donald Trump, resultando em déficit de US\$ 1,17 bilhão na relação bilateral em novembro. As importações de produtos norte-americanos cresceram 24,5% no mesmo período, somando US\$ 3,834 bilhões. De janeiro a novembro, as exportações para os EUA caíram 6,7%, enquanto as importações aumentaram 12,7%, acumulando déficit de US\$ 7,94 bilhões.

Veja os números

Novembro/2025

Exportações: US\$ 28,515 bilhões
+ 2,4% em relação a novembro do ano passado

Importações: US\$ 22,673 bilhões
+ 7,4% em relação a novembro do ano passado

Acumulado 2025 (janeiro a novembro)

Exportações: US\$ 317,821 bilhões
+ 1,8% em relação ao mesmo período do ano passado

Importações: US\$ 259,983 bilhões

As exportações para a China avançaram 41,0% em novembro e somaram US\$8,271 bilhões. “A China foi o que puxou o movimento de exportação em novembro”, afirmou o diretor do Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior da Secex/MDIC, Herlon Brandão. No ano, as vendas ao mercado chinês cresceram 4,2 %, alcançando US\$92,912 bilhões. As importações provenientes da China subiram 3,1% no mês e 12,1% no acumulado até novembro, chegando a US\$ 65,542 bilhões. O comércio bilateral gerou

superávit de US\$ 2,57 bilhões em novembro e de US\$ 27,37 bilhões de janeiro a novembro.

As projeções atualizadas do MDIC para 2025 apontam superávit de US\$ 60,9 bilhões, com exportações estimadas em US\$ 344,9 bilhões e importações em US\$ 284 bilhões. A revisão anterior,

feita em julho, ainda não captava os efeitos das tarifas impostas pelos Estados Unidos. No ano passado, o saldo comercial foi de US\$ 74 bilhões, e o recorde histórico ocorreu em 2023, com US\$98,9 bilhões. Segundo o boletim Focus, do Banco Central, as instituições financeiras projetam superávit ligeiramente maior, de US\$ 62,85 bilhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

ENDIVIDAMENTO TEM PRIMEIRA QUEDA APÓS NOVE MESES CONSECUTIVOS DE ALTA, DIZ CNC

O percentual de famílias endividadas ainda é alto, 79,2%. Em novembro, porém, teve um b'mido recuo de 0,3%, indica a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

Do Estadão Conteúdo



A pesquisa considera como dívidas as contas a vencer, como cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal e outros

Às vésperas do fim de ano, os brasileiros tiveram um alívio mínimo, de 0,3%, no endividamento. Ainda assim, o resultado de novembro da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mostra que o percentual de famílias endividadas, de 79,2%, está acima do observado em novembro de 2024 (77%).

O resultado mensal não reverte o quadro de forte pressão sobre o orçamento das famílias, diz a pesquisa. Em outubro, o endividamento das famílias foi de 79,5% em outubro, maior patamar desde 2010.

A fatia de famílias inadimplentes também recuou, do ápice histórico de 30,5% para 30%, ainda superior aos 29,4% do ano anterior.

A proporção de famílias que declararam não ter condições de pagar as dívidas em atraso, ou seja, que permanecerão inadimplentes, completa o trio de indicadores que diminuiu. Passou de 13,2%, em outubro, para 12,9%, em novembro, menor nível desde agosto e igual ao de novembro de 2024. A inadimplência encolheu em todas as faixas, com maior redução entre famílias com renda entre 3 e 5 salários mínimos, que também lideraram a queda da parcela das que afirmam não ter condições de pagar suas dívidas atrasadas.

Para a CNC, a pesquisa sugere melhora tanto da percepção quanto da estrutura das dívidas. No retrato geral, diminuiu o grupo que se considera "muito endividado" (16%) e aumentou o de "pouco endividado" (32,8%) e notou-se um esforço adicional das famílias com renda entre 3 e 5 salários mínimos para regularizar pendências.

A pesquisa considera como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

O economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, comenta que o brasileiro aproveita a Black Friday para economizar nos presentes de fim de ano, pagando as faturas dessas compras com a segunda parcela do 13º salário. "Isso é um antídoto ao altíssimo nível de inadimplência e dos juros, principalmente do cartão de crédito, que são capazes de dobrar o valor de uma dívida em poucos meses", destaca Bentes.

Inadimplência prolongada



A proporção de famílias com contas em atraso por mais de 90 dias caiu de 49% para 48,5%, o menor nível desde agosto, reduzindo parcialmente o impacto dos juros acumulados no estoque de dívidas.

A fatia de consumidores que têm mais da metade dos rendimentos comprometidos com dívidas, por sua vez, caiu de 19,1% para 18,8% depois de um aumento de dois meses consecutivos. A maioria (56,7%) segue com 11% a 50% da renda comprometida, resultando em comprometimento médio de 29,5% em novembro.

Por outro lado, o percentual de famílias com dívidas por mais de um ano subiu pelo terceiro mês seguido, para 32,1%.

Apesar do recuo esperado para dezembro, a CNC espera que 2025 encerre com famílias significativamente mais endividadas (+2,4 pontos percentuais) e mais inadimplentes (+0,5 ponto percentual) do que no fim de 2024.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

LUIZA TRAJANO DIZ QUE TAXA DE JUROS ESTÁ MUITO ALTA NO BRASIL: “NÃO HÁ CABIMENTO”

Para a empresária, as pessoas querem comprar e criar seus negócios, mas é necessário olhar para o que impede essa roda de girar

Do Estadão Conteúdo

A empresária Luiza Trajano disse nesta quinta-feira, 4, que a taxa de juros no Brasil "está muito alta" e que "não tem cabimento". A empresária também fez um apelo por medidas do setor privado que coíbam a violência contra mulheres, seguindo discurso que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, adotou na última semana e elogiou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pelas medidas de taxaço das bets.

"As pessoas querem comprar, querem emprego, querem criar seus negócios, mas para essa roda girar, precisamos olhar para o que nos impede de ir mais longe. Sou uma voz que os economistas não gostam, mas falo como empresária e cidadã que os juros estão muito altos. Não tem cabimento. Os juros altos atingem profundamente a pequena e a micro empresa", disse sobre a taxa de 15% ao ano, durante discurso na 6ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (CDESS).

Ela disse a Haddad que "pessoas mais simples é que estão sofrendo" com o endividamento promovido pelas apostas eletrônicas. Citou pressões de agiotas contra trabalhadores e disse que as empresas precisam trabalhar a saúde mental dos funcionários. "Temos feito um trabalho na nossa empresa porque as pessoas mais endividadas são as da ponta. Elas procuram agiota, o agiota pressiona e a gente tem que trabalhar inclusive a saúde mental. As pessoas mais simples é que estão sofrendo", declarou.

Também cobrou que as pessoas parem de "falar mal do Brasil". Disse que "vivemos em um País maravilhoso" e que é preciso "destacar o que tem de bom". Citou um colar que usava que comprou durante a COP30, em Belém.

O momento de maior aplauso durante a manhã foi quando a empresária fundadora do Magalu falou sobre a violência contra a mulher. Trajano pediu licença para falar sobre o assunto e citou o caso de uma trabalhadora do Magalu que foi vítima de feminicídio. Disse que a empresa adotou regras para evitar que isso se repetisse.

"Há 10 anos, mesmo trabalhando, o Magalu perdeu uma gerente de uma loja de um shopping que tinha 17 anos de carreira, 37 anos. Fiquei muito mal. Nós nos unimos, empresas, homens, mulheres e famílias e falamos que nunca mais o Magazine Luiza ia perder uma mulher. E há 10 anos não perdemos", declarou, fugindo do assunto econômico.

Após encerrar o discurso, foi aplaudida de pé por cerca de 30 segundos pelos presentes.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 05/12/2025

IBOVESPA SOBE 1,67% E, EM NOVO RECORDE, CHEGA À CASA DE 164 MIL PONTOS

Com giro financeiro robusto, a R\$ 31,1 bilhões nesta quinta-feira, o índice tem um ganho acumulado no ano de 36,72%. Está perto do avanço de 2016 (38,94%)

Do Estadão Conteúdo



No intervalo de 28 pregões, essa foi 17ª vez de uma máxima histórica de fechamento, agora na linha de 164 mil pontos

O Ibovespa subiu novos degraus na escalada de recordes iniciada ainda nas sessões finais de outubro, chegando pela 17ª vez nesse intervalo de 28 pregões a uma máxima histórica de fechamento, agora na linha de 164 mil pontos. Nesta quinta-feira, 04, oscilou dos 161.759,12

até os 164.550,77 pontos (novo pico intradia). Ao fim, anotava 164.455,61 pontos, em alta de 1,67%.

Na abertura, marcava 161.759,78 pontos. Nesta primeira semana de dezembro, acumula ganho de 3,38%, tendo renovado recorde nos últimos três fechamentos, considerando este.

O giro financeiro desta quinta foi reforçado, a R\$ 31,1 bilhões. O ganho acumulado no ano, a 36,72%, aproxima muito o Ibovespa do avanço observado em 2016, quando o índice da B3 registrou alta nominal de quase 39% (+38,94%), encerrando então aos 60.227,28 pontos.

Vale ON, principal papel da carteira Ibovespa, fechou o dia em alta de 1,74%. Os ganhos também foram fortes no principal segmento da Bolsa brasileira, o financeiro, em especial no papel de maior peso do setor, Itaú PN, em alta de 2,46%, na máxima do dia no fechamento.

Outra empresa de frente, Petrobras, subiu 0,56% na ON e 0,65% na PN, em dia de ganhos em torno de 1% para o Brent e o WTI, em Londres e Nova York. Na ponta ganhadora, Totvs (+7,27%), Hapvida (+6,22%) e Localiza (+5,04%). No lado oposto, C&A (-9,05%), Lojas Renner (-2,72%) e Embraer (-1,93%).

Ao fim, nove dos 82 papéis da carteira Ibovespa mostravam perdas na sessão em certo momento, no início da tarde, apenas duas ações operavam em baixa. Em Nova York, os principais índices de ações mostravam variação entre -0,07% (Dow Jones) e +0,22% (Nasdaq) no fechamento.

"Muito dessa alta do Ibovespa, batendo o topo histórico novamente, podemos atribuir aos juros futuros americanos em queda ante expectativa de corte de juros pelo Federal Reserve, na próxima semana. Tanto aqui no Brasil quanto nos Estados Unidos, há apostas maiores de cortes de juros. E as apostas de corte da Selic, aqui no Brasil, se voltam para janeiro", diz Rubens Cittadin Neto, especialista em renda variável da Manchester Investimentos. "Além disso, a gente tem a questão das empresas pagando dividendos maiores para fugir de aumento da tributação, o que contribui também para impulsionar a bolsa."

Na agenda doméstica desta quinta, destaque para a divulgação do PIB do terceiro trimestre, com percepção favorável, especialmente com relação ao desempenho do agro no intervalo, destaca Antonio Ricciardi, economista do Daycoval. "O consumo das famílias, mais fraco, não deixa de ser uma boa notícia, pelo efeito para a política monetária", acrescenta o economista, em contexto no



qual o mercado tem se reposicionado para o início do ciclo de redução da Selic que, na avaliação dos agentes, pode começar em janeiro anteriormente, a expectativa majoritária se concentrava para março.

Para Cristiane Quartaroli, economista-chefe do Ouribank, a expectativa de queda de juros nos Estados Unidos, reforçada para a reunião do Federal Reserve na próxima semana, e o momento global de recuperação dos preços das commodities, em geral, têm favorecido as moedas de emergentes, como o real. "PIB é olhar pelo retrovisor e, em geral, veio dentro do esperado", acrescenta a economista.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

DÓLAR FECHA EM LIGEIRA QUEDA, A R\$ 5,31, EM DIA POSITIVO PARA EMERGENTES

A divisa apresenta queda de 0,46% nas quatro primeiras sessões de dezembro, após recuo de 0,85% em novembro

Do Estadão Conteúdo

Após queda expressiva pela manhã, quando registrou mínima a R\$ 5,2882, o dólar ganhou fôlego ao longo da tarde e chegou a operar pontualmente em terreno positivo, com máxima de R\$ 5,3164. No fim do dia, a moeda era negociada a R\$5,3104, baixa de 0,05%. Operadores afirmam que houve um movimento de ajustes de posições e realização de lucros, uma vez que investidores ainda se mostram reticentes com a permanência da taxa de câmbio abaixo de R\$ 5,30.

Além das questões técnicas locais, houve uma diminuição dos ganhos de divisas emergentes durante a segunda etapa de negócios em meio ao avanço das taxas dos Treasuries. Termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, o DXY acelerou e atingiu na máxima os 99,000 pontos, apesar da valorização do iene, em meio à possibilidade de alta de juros no Japão.

O dólar recuou em relação ao real nos últimos três pregões, período em que acumulou desvalorização de 0,91%. A divisa apresenta queda de 0,46% nas quatro primeiras sessões de dezembro, após recuo de 0,85% em novembro. No ano, as perdas da moeda americana são de 14,07%.

"Tivemos claramente uma realização de lucros à tarde. Dezembro é um mês de remessas de lucros e dividendos ao exterior, com o fechamento de balanço de multinacionais. Investidores já estão se preparando para a virada do ano", afirma o superintendente da Tesouraria do BS2, Ricardo Chiumento.

O tesoureiro ressalta que o real experimentou uma rodada recente de apreciação estimulada pelo aumento das chances de corte de juros pelo Federal Reserve na semana que vem, após uma sequência de dados fracos da economia dos EUA. Ele avalia que dados de pedidos semanais de auxílio-desemprego não alteram a leitura de enfraquecimento do mercado de trabalho.

"A pesquisa ADP mostrou destruição de vagas no setor privado dos EUA em novembro. Todos os dados reforçam a perspectiva de que o Fed vai reduzir os juros em 25 pontos-base. O mercado até chegou a duvidar desse corte na segunda metade de novembro com o shutdown, mas voltou atrás e já vê 90% de chances de uma redução", afirma Chiumento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

OPINIÃO -ARTIGOS - LIDERANÇA EM 2026: COMO SUSTENTAR IMAGEM, CONFIANÇA E RELEVÂNCIA EM UM CENÁRIO DE CRESCIMENTO BAIXO



CLARA LAFACE

Consultora de imagem corporativa e escritora

opinião@redebnews.com.br

Nesse conjunto, imagem corporativa e presença executiva deixam de ser elementos periféricos e passam a funcionar como indicadores diretos de governança, consistência e capacidade de sustentar resultados e atrair investimentos em um ambiente adverso.

As projeções para a economia brasileira em 2026 convergem para um quadro de crescimento modesto e juros ainda elevados. Estimativas recentes indicam um PIB entre 1,6% e 1,8% e Selic próxima de 12% ao ano. Não é um ambiente recessivo, mas também não representa um ciclo capaz de impulsionar, por si só, investimentos agressivos ou expansão acelerada da demanda.

O contexto combina três fatores centrais: crescimento baixo, crédito caro e risco moderado a elevado. Para lideranças, isso significa atuar em um mercado mais seletivo, com maior escrutínio sobre decisões, comportamento e capacidade de gerar previsibilidade. A forma como as organizações são lidas passa a refletir diretamente a maturidade da gestão e a postura de quem ocupa as posições de comando.

Nesse cenário, algumas implicações tornam-se evidentes:

- Crescimento dependerá mais da estratégia do que do ciclo. Em um ambiente de incerteza, não há excesso de demanda. Avançam as empresas que executam melhor, diferenciam sua proposta de valor e eliminam desperdícios de recursos, tempo e reputação.
- Custo do capital permanece como barreira. Com Selic em dois dígitos, qualquer movimento de expansão deve ser testado contra o risco de destruição de valor. Disciplina financeira deixa de ser vantagem competitiva e se torna pré-condição para operar.
- Competição mais dura. Margens pressionadas e receitas limitadas deslocam a disputa para atributos como confiança, competência percebida e solidez. Em ciclos assim, clientes e parceiros escolhem menos e avaliam mais.

Nesse conjunto, imagem corporativa e presença executiva deixam de ser elementos periféricos e passam a funcionar como indicadores diretos de governança, consistência e capacidade de sustentar resultados e atrair investimentos em um ambiente adverso.

Desafios de imagem corporativa em 2026

Ao conectar o cenário econômico à percepção institucional, quatro desafios se destacam:

Consistência: qualquer oscilação na comunicação tende a ser lida como instabilidade. Contradições internas, mensagens desalinhadas ou mudanças abruptas fragilizam a confiança.

Credibilidade: com competição acirrada e capital caro, o mercado valoriza sinais concretos de solidez. Narrativas sem base perdem força rapidamente.

Coerência entre discurso e entrega: em ciclos restritivos, a tolerância a promessas imprecisas diminui. A percepção de valor se ancora na integridade entre intenção, prática e resultado.



Presença executiva: a imagem institucional reflete a qualidade da liderança. Posturas erráticas, falta de clareza ou comunicação reativa ampliam a percepção de risco.

Oportunidades em um mercado mais seletivo

O mesmo ambiente que amplia a pressão também cria oportunidades relevantes para quem consegue operar com clareza e maturidade. Em 2026, a diferenciação virá da capacidade de comunicar prioridades e critérios de decisão de forma objetiva, reduzindo ruídos e eliminando ambiguidades.

A reputação tende a se fortalecer quando a organização demonstra consistência entre discurso e prática, especialmente em um contexto de crescimento baixo, no qual previsibilidade e estabilidade se tornam mais visíveis e valorizadas. A autoridade das lideranças ganha espaço à medida que maturidade, sobriedade e leitura de cenário passam a ser interpretadas como sinal direto de competência.

A transparência também funciona como vetor de confiança: explicitar processos e racional de decisões diminui incertezas e reforça responsabilidade institucional. Em paralelo, a percepção de solidez se consolida quando a empresa sustenta pequenos sinais de ordem e coerência — elementos que, nesse ambiente mais exigente, têm impacto maior do que campanhas extensas ou discursos de grande amplitude.

Algumas iniciativas tornam-se necessárias para quem está à frente das decisões:

- Compreender como a organização é lida internamente e externamente e confrontar essa leitura com a prática real. Sem esse diagnóstico, esforços de visibilidade podem se tornar ineficazes.
- O mercado lê o líder antes de ler a empresa. Porta-vozes precisam de alinhamento claro de postura, narrativa e códigos de imagem.
- Valores imprecisos perdem efeito em cenários exigentes. Definir pilares e traduzi-los em sinais replicáveis reduz ambiguidade.
- O objetivo não é ampliar volume de comunicação, mas garantir lógica, ordem e consistência entre mensagem e comportamento.
- Diretrizes claras sobre exposição pública, linguagem e apresentação reduzem riscos de ruído institucional.
- Capacidade de interpretar dados econômicos, movimentos regulatórios e mudanças externas influencia diretamente decisões estratégicas e reputação.
- Eventos, fóruns e interações estratégicas exigem preparo técnico e comportamental. Presença qualificada sustenta a imagem institucional.
- Processos mal comunicados, inconsistências internas ou decisões ambíguas afetam percepção. Identificar esses pontos reduz risco reputacional.

Em síntese, 2026 exigirá mais do que resultado. Exigirá liderança capaz de sustentar coerência, clareza e estabilidade em um mercado que valoriza previsibilidade. A forma como líderes pensam, decidem, comunicam e se apresentam integrará, de maneira inseparável, a leitura de risco e de valor atribuída a cada organização.

Clara Laface escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às sextas-feiras

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

OPINIÃO – ARTIGOS - A LINGUAGEM INVISÍVEL DAS CORES: COMO ELAS MOLDAM PERCEPÇÕES NO AMBIENTE CORPORATIVO



FABIOLLA DE PAULA

Consultora de imagem corporativa & varejo.
Especialista em etiqueta & comportamento. Palestrante e mentora.

opinião@redenenews.com.br

No universo corporativo, compreender essa dinâmica é fundamental. A cor é energia, vibração e percepção, capaz de harmonizar ou gerar ruído. A escolha intencional das tonalidades contribui para a construção de presença executiva, influência e clareza de posicionamento.

Com a chegada de dezembro, intensificam-se os rituais de encerramento e renovação. Nesse período, símbolos ganham força e nenhum é tão presente e decisivo quanto a cor. No vestuário, no ambiente de trabalho ou na comunicação corporativa, a cor funciona como linguagem, acionando interpretações inconscientes que moldam percepções. Como afirma Eva Heller em Psicologia das Cores, “nenhuma cor é destituída de significado”; cada tonalidade carrega narrativas sociais, culturais e emocionais.

A neurociência explica esse fenômeno. Nosso cérebro opera em três níveis: o cérebro reptiliano (instinto e sobrevivência), o sistema límbico (emoções) e o neocórtex (racionalidade). As cores atuam diretamente sobre o sistema límbico, ativando emoções em milésimos de segundo. Como demonstram Daniel Kahneman e outros pesquisadores, cerca de 95% das decisões humanas surgem de forma automática, antes da reflexão consciente. Isso significa que a cor é um dos primeiros filtros de interpretação da competência, da credibilidade e da autoridade.

No universo corporativo, compreender essa dinâmica é fundamental. A cor é energia, vibração e percepção, capaz de harmonizar ou gerar ruído. A escolha intencional das tonalidades contribui para a construção de presença executiva, influência e clareza de posicionamento. A seguir, uma síntese estratégica sobre as mensagens que cada cor transmite quando aplicada à imagem profissional.

Verde — equilíbrio, estabilidade e renovação

Associado à natureza, saúde e vitalidade, o verde traz calma e harmonia. No ambiente corporativo, tons mais escuros reforçam credibilidade e elegância, sendo eficazes em negociações ou reuniões que exigem equilíbrio emocional.

Azul — credibilidade, profundidade e confiança

Cor favorita universal, o azul comunica estabilidade, inteligência e lealdade. Tons sóbrios como azul-marinho, petróleo e índigo dominam a política e o mercado financeiro. Tons claros trazem acessibilidade e frescor.

Vermelho — energia, urgência e liderança

Quente e estimulante, o vermelho ativa a atenção e desperta emoções fortes. Tons fechados como vinho e borgonha equilibram força e sofisticação, sendo recomendados para apresentações, discursos e momentos de protagonismo.

Rosa — empatia, modernidade e proximidade

Resultado do encontro entre branco e vermelho, o rosa transita entre acolhimento e ousadia. Tons suaves favorecem conexão emocional; tons intensos comunicam criatividade e modernidade.

Amarelo — dinamismo, comunicação e otimismo

Cor vibrante e expansiva, estimula processos criativos e chama atenção com rapidez. Deve ser usada com moderação no ambiente corporativo, pois pode gerar ansiedade quando aplicada em excesso.



Laranja — energia, jovialidade e expressão

Mistura de vermelho com amarelo, o laranja aciona entusiasmo e acessibilidade. É amplamente utilizado por marcas que desejam transmitir proximidade e inovação.

Violeta — profundidade, introspecção e nobreza

Com forte presença histórica e espiritual, o violeta comunica criatividade, autoridade e sofisticação. Tons mais escuros reforçam distanciamento e poder; tons quentes ampliam sensibilidade.

Preto — formalidade, poder e sobriedade

Neutro e atemporal, o preto transmite elegância, controle e discrição. Apesar de sua força corporativa, o uso excessivo pode sugerir distanciamento emocional.

Branco — clareza, honestidade e novos começos

Considerado o “novo preto”, o branco simboliza transparência, pureza e status. Tons frios remetem à limpeza; tons quentes reforçam sofisticação. É uma cor estratégica para quem deseja comunicar organização e visão.

Cinza — racionalidade, precisão e profissionalismo

Por nascer do encontro entre preto e branco, o cinza é neutro e equilibrado. Amplamente utilizado em tecnologia e inovação, sinaliza maturidade analítica e credibilidade.

Marrom — solidez, confiabilidade e tradição

Cor associada à terra, ao conforto e à estabilidade. Tons escuros reforçam segurança e seriedade; nudes e rosados remetem a refinamento e status.

Dourado — prestígio, excelência e liderança aspiracional

Associado ao ouro e ao sucesso, o dourado comunica prosperidade, relevância e reconhecimento. No contexto corporativo, deve ser aplicado em detalhes, acessórios, metais e acabamentos, para transmitir liderança refinada sem exagero. Em períodos de fechamento de ciclo, simboliza celebração e realização.

Prata — tecnologia, futurismo e precisão

Ligado ao universo da inovação, o prata desperta a percepção de modernidade, objetividade e avanço. É muito utilizado por empresas de tecnologia e setores que valorizam precisão. Na imagem pessoal, sinaliza atualização e elegância contemporânea.

Conclusão

A psicologia das cores é uma ferramenta estratégica para quem deseja construir uma imagem profissional coerente, intencional e alinhada ao próximo ciclo. Em um mundo guiado por percepções rápidas e julgamentos automáticos, compreender o impacto das cores é tão importante quanto desenvolver competências técnicas. Em dezembro, um mês marcado por encerramento, renovação e novos planos, refletir sobre nossas escolhas visuais é também refletir sobre quem estamos nos tornando.

Cor não é detalhe. É linguagem, estratégia e presença.

Fabiolla de Paula escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às sextas-feiras

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

JUSTIÇA DA ARGENTINA MANDA EXTRADITAR CINCO BRASILEIROS CONDENADOS PELO 8 DE JANEIRO

Juiz de Buenos Aires atendeu a um pedido do ministro Alexandre de Moraes, que havia determinado a extradição dos foragidos

Do Estadão Conteúdo



Os cinco brasileiros participaram dos atos anti-democráticos do 8 de janeiro e foram condenados pelo STF por tentativa de golpe de Estado

A Justiça da Argentina decidiu extraditar cinco brasileiros condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro que estavam foragidos no País. A decisão foi expedida pelo juiz Daniel Eduardo Rafecas, do Tribunal Criminal número 3 de Buenos Aires, responsável pelo caso, na quarta-feira, 3.

Os cinco brasileiros, Rodrigo de Freitas Moro Ramalho; Joelton Gusmão de Oliveira; Joel Borges Correia; Wellington Luiz Firmino; e Ana Paula de Souza foram presos após tentarem entrar no país vizinho. Eles foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado. A defesa deles não foi localizada.

Rafecas determinou, em novembro do ano passado, a prisão de 61 foragidos brasileiros que tiveram pedidos de extradição enviados pelo Brasil por terem participado dos atos antidemocráticos.

A Justiça argentina atendeu a um pedido do ministro Alexandre de Moraes, que determinou a extradição dos foragidos, atendendo a um pedido da Polícia Federal (PF).

Um dos brasileiros que será extraditado será Joelton Gusmão de Oliveira. Morador de Vitória da Conquista (BA), Oliveira foi condenado a 17 anos de prisão em fevereiro deste ano, pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração do Patrimônio tombado e associação criminosa armada.

Como mostrou o Estadão, o relatório da Polícia Federal (PF) aponta que Oliveira fez gravações de seu celular e afirmou que "é assim que toma o poder", chamando outras pessoas a subirem a rampa do Congresso Nacional. "Dentro de um dos prédios públicos, Joelton Gusmão de Oliveira comemora a entrada no prédio, afirmando estar 'dentro da nossa casa', enquanto filma a sua esposa também em postura de comemoração. Nesse registro, inclusive, é possível ouvir um barulho de bomba ao fundo", diz trecho do documento.

"Já nas dependências do Plenário do Senado, grava a sua esposa fazendo uso de microfone instalado em uma mesa do ambiente para afirmar que estão exigindo intervenção militar porque todo poder emana do povo, juntando-se Joelton Gusmão de Oliveira ao coro de 'todo poder emana do povo'", descreve o relatório sobre a atuação de Oliveira e de sua esposa, Alessandra Faria Rondon, também condenada a 17 anos de prisão.

Rodrigo

Morador de Marília, no interior paulista, Ramalho era considerado foragido desde abril do ano passado, quando a polícia perdeu o sinal de sua tornozeleira eletrônica. A medida cautelar foi imposta para que ele cumprisse a liberdade provisória, concedida por Moraes em agosto de 2023. Ele foi preso em novembro do ano passado.

Entregador de comida e pai de dois filhos, Ramalho foi preso em flagrante no dia 8 de janeiro de 2023 pela participação nos atos golpistas e condenado do ano passado a 12 anos e seis meses de reclusão, e um ano e seis meses de detenção. A pena também inclui o pagamento de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$30 milhões, entre todos os condenados no inquérito.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

PRIMEIRA TURMA DO STF FORMA MAIORIA PARA CONDENAR CÚPULA DA PM DO DF

Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal foram julgados por omissão deliberada durante os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023

Do Estadão Conteúdo

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria nesta quinta-feira, 4, para condenar a cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal por omissão deliberada durante os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

O ministro Cristiano Zanin acompanhou o relator, Alexandre de Moraes, e Flávio Dino, consolidando a maioria para condenar os cinco coronéis acusados de sabotar a operação de segurança que deveria proteger os prédios dos Três Poderes.

O julgamento ocorre no plenário virtual da Primeira Turma e segue aberto até 5 de dezembro, prazo para a ministra Cármen Lúcia registrar seu voto.

Na última semana, Moraes já havia votado pela condenação da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal a 16 anos de prisão, afirmando que os oficiais sabotaram a operação de segurança na Praça dos Três Poderes para favorecer a entrada dos manifestantes no STF, no Congresso e no Palácio do Planalto.

No voto, o relator destacou que "o aparato institucional de segurança do Distrito Federal foi intencionalmente neutralizado pelos próprios responsáveis por sua ativação", apontando uso de efetivo insuficiente, ausência de tropas especializadas, emprego de policiais em formação e falta de barreiras eficazes, além da ausência dos comandantes nas áreas críticas durante os ataques.

A condenação atinge cinco oficiais: Coronel Fábio Augusto Vieira, ex-comandante-geral da PM do DF; Coronel Klepter Rosa Gonçalves, ex-subcomandante-geral; Coronel Jorge Eduardo Naime Barreto; Coronel Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra; e Coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues.

A condenação inclui cinco crimes: tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração de patrimônio tombado e omissão imprópria.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

STF VAI JULGAR AÇÕES SOBRE LEI DO MARCO TEMPORAL NO PLENÁRIO FÍSICO A PARTIR DO DIA 10

O julgamento havia sido marcado para começar nesta sexta-feira no plenário virtual, mas foi alterado, após receber críticas sobre a falta de debate no ambiente remoto

Do Estadão Conteúdo



O Supremo já invalidou a tese de que indígenas só têm direito às terras que ocupavam na data da promulgação da Constituição, mas o Congresso aprovou lei que a recria

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai começar a julgar as ações que tratam sobre a constitucionalidade da Lei do Marco Temporal das Terras Indígenas a partir da próxima quarta-feira, 10. O julgamento havia sido marcado para começar nesta sexta-feira no plenário



virtual, mas, após receber críticas sobre a falta de debate no ambiente virtual, o ministro Gilmar Mendes, relator das ações, decidiu levar o caso ao plenário físico.

O primeiro dia foi marcado exclusivamente para a leitura do relatório e a apresentação das sustentações orais de advogados e terceiros interessados. As ações têm dezenas de amicus curiae e as sustentações podem durar mais de uma sessão. Além disso, interlocutores do ministro apontam que o seu voto deve ser longo. Esses fatores indicam que o desfecho do julgamento deve ficar para 2026.

O tema foi discutido em uma comissão no Supremo que buscou uma conciliação sobre o assunto ao longo de 23 audiências. A comissão foi encerrada em junho com poucos avanços, sem excluir a tese do marco temporal por falta de consenso. O Supremo deve avaliar se homologa ou não o acordo e também irá se pronunciar sobre pontos em que não houve consenso.

Em setembro de 2023, o Supremo invalidou a tese do marco temporal que diz que os indígenas só têm direito às terras que ocupavam na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Dias depois, o Congresso aprovou uma lei que recria a tese. O caso voltou ao STF por meio de ações que questionam ou pedem para confirmar a validade da lei. Gilmar, então, enviou as ações para conciliação para dar um fim ao que chama de "espiral de conflito".

Gilmar tem indicado que deve descartar a tese do marco temporal em si, porque ela já foi declarada inconstitucional pela Corte. Mas o ministro deve buscar manter as mudanças propostas na comissão sobre os procedimentos de demarcação. Um desses pontos é a obrigatoriedade de participação de Estados e municípios onde se localiza a área reivindicada, em todas as etapas do processo.

Boa-fé

Ao derrubar a tese do marco temporal, o Supremo definiu que os proprietários que ocupavam as terras de boa-fé têm direito à indenização, a ser paga pela União. Em audiência realizada em junho, o gabinete de Gilmar apresentou uma proposta para tirar do arcabouço fiscal as indenizações por desapropriação. Essa proposta também pode ser levada por Gilmar ao plenário do Supremo.

A sugestão de Gilmar para acelerar os processos de desapropriação envolve a emissão de precatórios negociáveis no mercado que poderiam ser usados para abater o pagamento de tributos. De acordo com o juiz auxiliar do ministro, Diego Veras, a sugestão foi elaborada com economistas e especialistas em contas públicas e seria mais atrativa do que a negociação de precatórios que já existe atualmente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

CASO MARIELLE: MORAES PEDE DATA DE JULGAMENTO DE CHIQUINHO E DOMINGOS BRAZÃO

Ministro argumentou que a fase de instrução processual já terminou e todas as diligências foram cumpridas. Flávio Dino vai marcar a data

Do Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes pediu ao ministro Flávio Dino, presidente da Primeira Turma, que marque o julgamento da ação penal dos acusados de planejarem o assassinato da ex-vereadora Marielle Franco. A ação também vitimou o motorista da parlamentar, Anderson Gomes.

Em despacho nesta quinta-feira, 4, Moraes argumentou que a fase de instrução processual já terminou e todas as diligências foram cumpridas.



A ação, que foca nos mandantes do crime, tem cinco réus: o ex-deputado federal Chiquinho Brazão, o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, Domingos Brazão, o ex-chefe da Polícia Civil fluminense, Rivaldo Barbosa, o ex-assessor do TCE Robson Fonseca e o policial militar Ronald Alves Pereira.

Em maio, a Procuradoria Geral da República pediu a condenação dos irmãos Brazão e dos outros três réus.

Os executores do crime já foram condenados pela Justiça. Os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz confessaram a participação na execução do assassinato e fecharam acordos de delação premiada.

A dupla foi denunciada e condenada por duplo homicídio triplamente qualificado, por um homicídio tentado e pela receptação do veículo Cobalt utilizado no dia do crime, no dia 14 de março de 2018.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

AUDIÊNCIA SOBRE EXTRADIÇÃO DE CARLA ZAMBELLI É ADIADA PELA JUSTIÇA DA ITÁLIA

O julgamento, que aconteceria nesta semana, foi remarcado para o dia 18 de dezembro

Do Estadão Conteúdo

A Justiça italiana adiou novamente o julgamento do pedido de extradição da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) para o Brasil. Zambelli está presa na Itália, para onde fugiu pouco depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) determinar sua prisão, em junho. A audiência que aconteceria na quarta-feira, 4, foi remarcada para o dia 18 de dezembro.

Após a fuga, o ministro Alexandre de Moraes determinou que a Advocacia-Geral da União (AGU) tomasse as providências necessárias para que a parlamentar fosse extraditada para o Brasil. A AGU representa o governo brasileiro na ação na Justiça do país europeu.

Segundo o advogado de Zambelli, Fábio Pagnozzi, o adiamento ocorreu após a defesa protocolar "provas, inclusive o relatório da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, além das condições carcerárias do Brasil".

O processo tramita na Corte de Apelação de Roma. Independentemente da decisão, tanto a defesa da deputada, quanto o Ministério Público italiano, que apresentou parecer favorável à extradição, podem recorrer à Corte de Cassação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

DOCUMENTO APREENDIDO COM DONO DO BANCO MASTER PREVIA COMPRA DE CASA DE R\$ 250 MILHÕES

A aquisição seria feita por uma empresa do deputado federal João Carlos Bacelar (PL-BA). Próximos atos da investigação devem ser submetidos ao STF

Do Estadão Conteúdo

O documento apreendido pela Polícia Federal na casa do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, estabelecia as condições para a compra de um imóvel em Trancoso, no município de Porto Seguro (BA), no valor de R\$ 250 milhões. A aquisição seria feita por uma empresa do deputado federal João Carlos Bacelar (PL-BA), conforme consta na promessa de compra e venda.

De acordo com o próprio deputado, Vorcaro recebeu os documentos porque tinha interesse em entrar no negócio de aquisição da casa, mas o material encontrado não chegava a citar o nome do

empresário. Bacelar afirmou que o negócio não foi adiante por causa das dificuldades financeiras do Master.



Como o Banco Master passa por dificuldades financeiras, o negócio não foi adiante, segundo informou Bacelar

O Estadão revelou na segunda-feira, 1º, que a PF havia encontrado esse documento durante a busca e apreensão na casa de Vorcaro. Por isso, a defesa do banqueiro pediu que o processo seja remetido à competência do Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Dias Toffoli acolheu o pedido em decisão proferida nesta quarta-feira, 3, e determinou que os próximos atos da investigação devem ser submetidos

ao STF.

A análise preliminar feita pelos investigadores era que o documento não tinha relação com os fatos sob investigação, que tratam da venda de falsas carteiras de crédito consignado do Banco Master ao Banco de Brasília (BRB).

Como o documento não cita o nome de Vorcaro nem do Master, essa análise inicial indicou que não havia suspeita de crimes nem de relação com o objeto do inquérito. Mas Toffoli entendeu que a citação justificava a competência do STF para conduzir os próximos atos da investigação. O documento estava em uma pasta com o timbre da Câmara dos Deputados e o nome de João Carlos Bacelar.

Termo de compra

Esse documento contém 17 páginas, sob o título "termo de opção de compra de imóveis", e estabelece as condições para uma empresa sediada em Porto Seguro vender o imóvel à empresa Costa Esmeralda Empreendimentos e Participações, que pertence a Bacelar. De acordo com a descrição, o imóvel tem 892.524,72 m² e fica na beira da praia.

"A outorgante outorga à outorgada beneficiária, de forma irrevogável e irrevogável, a opção de adquirir por R\$ 250 milhões o imóvel objeto do negócio jurídico projetado", diz o documento, obtido com exclusividade pelo Estadão.

Bacelar afirmou anteriormente ao Estadão que atuou na constituição de um fundo para construir um empreendimento imobiliário em Trancoso, em Porto Seguro (BA), e por isso foi procurado por Vorcaro. O empresário manifestou interesse em adquirir uma parte do empreendimento e, por isso, Bacelar enviou documentos a Vorcaro sobre essa aquisição, mas o negócio não foi adiante.

"Ele me fez uma consulta sobre um imóvel em Porto Seguro, que não se concretizou. Quando o banco começou a entrar em dificuldade, ele pediu mais um tempo para poder exercer a opção. Foi feito um documento dando a opção de compra a Daniel Vorcaro" afirmou Bacelar ao Estadão.

Questionado nesta quarta-feira, 3, sobre a ausência do nome de Vorcaro no documento, o deputado não respondeu aos contatos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

INVESTIGAÇÃO fica NO STF DEVIDO A FORO PRIVILEGIADO DE DEPUTADO FEDERAL

Por Agência Brasil

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na quarta-feira (3) que o avanço da investigação envolvendo o banqueiro Daniel Vercaro, um dos sócios do Banco Master, dependerá de autorização da Corte.

Toffoli acolheu pedido da defesa de Vercaro para que a investigação envolvendo a instituição seja conduzida pela Corte, em função da citação de um deputado federal, que tem foro privilegiado na Corte.

Pela decisão do ministro, as próximas medidas judiciais envolvendo a investigação deverão ser analisadas por ele, não mais pela Justiça Federal em Brasília.

"Diante de investigação supostamente dirigida contra pessoas com foro por prerrogativa de função, conforme inclusive já noticiado pela mídia formal, fixada está a competência da corte constitucional", decidiu Toffoli.

O ministro também determinou que o sigilo do processo seja mantido.

Vercaro e outros acusados foram alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal (PF) para investigar a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco Regional de Brasília (BRB), banco público ligado ao governo do Distrito Federal. De acordo com as investigações, as fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões.

No dia 28 de novembro, a desembargadora Solange Salgado da Silva, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, concedeu um habeas corpus e mandou soltar Vercaro, os ex-diretores Luiz Antonio Bull, Alberto Feliz de Oliveira e Angelo Antônio Ribeiro da Silva, além de Augusto Ferreira Lima, ex-sócio do banco.

Eles serão monitorados por tornozeleira eletrônica e estão proibidos de exercer atividades no setor financeiro, de ter contato com outros investigados e de sair do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025

JOESLEY BATISTA VIAJA PARA A VENEZUELA PARA PEDIR RENÚNCIA DE NICOLÁS MADURO

O bilionário brasileiro já havia se encontrado com o presidente norte-americano, Donald Trump, na Casa Branca

Do Estadão Conteúdo



Joesley Basta assumiu papel de mediador na tentativa de amenizar as tensões políticas entre o governo Trump e a Venezuela, segundo a agência Bloomberg

O empresário Joesley Batista voltou a ser destaque no noticiário brasileiro nesta quinta-feira, 4, após viajar para a Venezuela para se encontrar com o ditador do país, Nicolás Maduro, e pedir que ele renuncie em meio à mobilização militar dos Estados Unidos no mar do Caribe. Em 2025, Joesley já havia se encontrado com o presidente norte-americano, Donald Trump, na

Casa Branca.

O empresário de 52 anos, nascido em Formosa (GO), é um dos homens mais ricos do Brasil e aparece na lista da revista Forbes como bilionário, com fortuna estimada em R\$ 25,5 bilhões. Ao lado



do irmão, Wesley, ele comanda a J&F, holding com investimento em várias empresas, principalmente na JBS, uma das gigantes mundiais do setor de carne e proteína animal.

O EMPRESÁRIO DE 52 ANOS, NASCIDO EM FORMOSA (GO), É UM DOS HOMENS MAIS RICOS DO BRASIL E APARECE NA LISTA DA REVISTA FORBES COMO BILIONÁRIO, COM FORTUNA ESTIMADA EM R\$ 25,5 BILHÕES. AO LADO DO IRMÃO, WESLEY, ELE COMANDA A J&F, HOLDING COM INVESTIMENTO EM VÁRIAS EMPRESAS, PRINCIPALMENTE NA JBS, UMA DAS GIGANTES MUNDIAIS DO SETOR DE CARNE E PROTEÍNA ANIMAL

Joesley e Wesley são filhos de José Batista Sobrinho, que criou a empresa em 1953. Na década de 2000, os dois herdeiros foram nomes importantes na internacionalização da JBS. Hoje, a companhia é dona de marcas como Swift, Seara e Friboi, além de ser a maior processadora de carne bovina dos Estados Unidos e a maior exportadora de proteína animal do planeta.

Além da JBS, a J&F controla o Pic-Pay e o Banco Original (setor financeiro), a Âmbar Energia, o Canal Rural (comunicação), a Eldorado (papel e celulose), a Flora (produtos de limpeza e cosméticos) e a LHG (mineração).

Joesley é casado com a jornalista e apresentadora de televisão Ticiano Villas-Boas.

Conexões políticas

Maduro não foi o primeiro presidente com quem Joesley lidou: anteriormente neste ano, o bilionário brasileiro conversou com Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, em setembro, e já teve contato com diversos presidentes brasileiros. Um caso, no entanto, teve maior repercussão durante o governo Temer.

Em 7 de março de 2017, Joesley visitou Michel Temer no Palácio do Jaburu, residência oficial da vice-presidência, embora Dilma Rousseff já tivesse sofrido impeachment. Com um equipamento escondido, Joesley gravou o áudio da conversa com Temer. Segundo ele, o objetivo era comprar o silêncio do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, impedindo-o de fazer uma delação premiada. A conversa vazou na imprensa dois meses depois.

Joesley era investigado nos desdobramentos da Operação Lava Jato suspeito de ter pago propina a Cunha quando ele ainda era deputado. Ao fazer a gravação, a intenção do empresário seria realizar ele próprio uma delação premiada.

Joesley também delatou o candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves (PSDB), com uma gravação do então senador solicitando R\$ 2 milhões, sendo que posteriormente o dinheiro teria sido entregue em quatro parcelas de R\$ 500 mil por Ricardo Saud, então Diretor de Relações Institucionais da JBS, a um primo de Aécio.

Em um acordo de leniência, o grupo JBS denunciou ter repassado, de forma ilícita, quase R\$ 600 milhões a campanhas eleitorais de 1.829 candidatos e 28 partidos. Na delação de Joesley, ele afirmou ter pago US\$ 80 milhões de dólares a Lula e Dilma Rousseff em contas no exterior, mas este trecho foi anulado por falta de provas, já que a conta indicada tinha o próprio Joesley como titular.

Prisões

A delação premiada foi fechada com um acordo para dar imunidade a Joesley. No entanto, mais material em áudio foi divulgado em setembro de 2017, no qual o empresário e Saud conversam sobre a delação, o que levantou suspeitas de que os dois teriam omitido alguns crimes.

Joesley foi preso preventivamente por seis meses, sendo liberado em março de 2018. Em novembro de 2018, ele voltou a ser preso por suspeita de envolvimento em um esquema de corrupção no Ministério da Agricultura em 2014 e 2015, mas foi solto três dias depois.

A J&F deveria pagar uma multa de R\$ 10 bilhões prevista no acordo de leniência, mas o ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli suspendeu o pagamento em 2023 e, nesta quinta-feira 4, o juiz Antonio Claudio Macedo da Silva, da 10ª vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Distrito Federal, determinou que o valor seja recalculado, por entender que houve vício de consentimento por coação e para corrigir uma "onerosidade excessiva".

Após voltar à liberdade, Joesley voltou ao comando das empresas, que, mesmo após os escândalos, seguiram crescendo.

Atuação internacional

Em 2025, Joesley se notabilizou pela atuação junto a presidentes estrangeiros. Segundo o empresário, ele "falou bem do Brasil" para Trump, ajudando a abrir as portas para negociar as tarifas do governo americano impostas a exportações brasileiras que têm o país da América do Norte como destino.

Sobre Maduro, a J&F informou que Joesley não viajou à Venezuela como enviado de nenhum país, embora o governo brasileiro tenha sido comunicado. A tentativa é de amenizar as tensões entre a Venezuela e os Estados Unidos, em meio aos ataques empreendidos pelo governo Trump no mar do Caribe nos últimos meses.

Segundo apurou a Coluna do Estadão, a estratégia do empresário brasileiro é aproveitar a proximidade com Trump para atuar como ponte na melhoria da relação do Brasil com os Estados Unidos. Ainda de acordo com a Coluna, o grupo J&F quer aproveitar o protagonismo nesses diálogos com líderes internacionais como estratégia de rebranding, num reposicionamento da marca para grandes temas

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/12/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

PETRÓLEO, MINÉRIO, AGRO: VEJA COMO AS COMMODITIES SALVARAM O PIB DE UM ENCOLHIMENTO NO TERCEIRO TRIMESTRE

Ibovespa não para de bater recorde e já registra valorização de 36% em 2025. Expectativa é de maior alta com possível queda de juros. Entenda o que os números do IBGE têm a ver com isso

Por Mayra Castro e Vinicius Neder — Rio de Janeiro



Navio-plataforma P-71, da Petrobras, em campo de produção de petróleo no pré-sal da Bacia de Santos — Foto: Márcia Foletto

A economia brasileira sofreu um freio entre julho e setembro. A demanda, principalmente o consumo das famílias, esfriou, e o Produto Interno Bruto (PIB, soma do valor de todos os bens e serviços produzidos pelo país) cresceu apenas 0,1% sobre o segundo trimestre, informou ontem o IBGE.

O resultado só ficou no campo positivo porque atividades ligadas a commodities agrícolas e minerais tiveram destaque nos números do PIB do terceiro trimestre.

Além do mercado de trabalho ainda robusto impedindo quedas em setores como o consumo das famílias, outros fatores que ajudaram a impedir uma queda do PIB do terceiro trimestre estão relacionados a uma maior produção de commodities.

O aumento na extração de petróleo e gás natural do Pré-Sal deu um impulso na indústria extrativa, que cresceu 1,7% no terceiro trimestre, alavancando todo o setor industrial, com alta de 0,8%.

O Brasil terminará o ano fora do grupo das dez maiores economias do mundo. Ultrapassado pela Rússia, o país cairá para o 11º lugar no ranking, segundo projeções do FMI citadas em relatório da agência de classificação de risco Austin Rating. Nas projeções de longo prazo do FMI, o Brasil seguirá em 11º lugar até 2030.

Freio no PIB era esperado

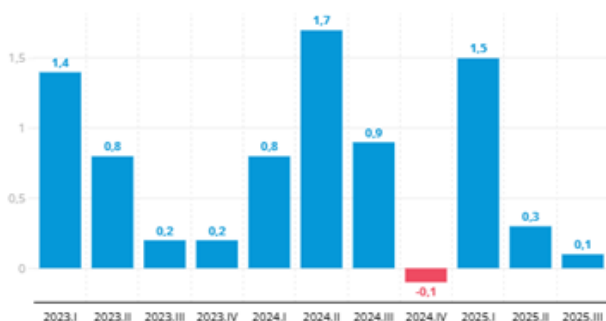
Diante da política de juros restritiva do BC, a freada no PIB já era esperada — projeções de analistas do mercado financeiro apontavam crescimento de 0,2%, segundo pesquisa do jornal Valor. Para conter a inflação, o BC subiu a taxa básica de juros (Selic) entre setembro de 2024 e junho último, de 10,5% ao ano para 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos, no qual segue desde então.

A perda de fôlego do consumo fez a demanda doméstica como um todo frear, apesar dos resultados positivos dos investimentos (alta de 0,9% em relação ao segundo trimestre) e do consumo do governo (avanço de 1,3%). Segundo o IBGE, a desaceleração da economia só não foi maior porque a demanda externa deu sustentação.

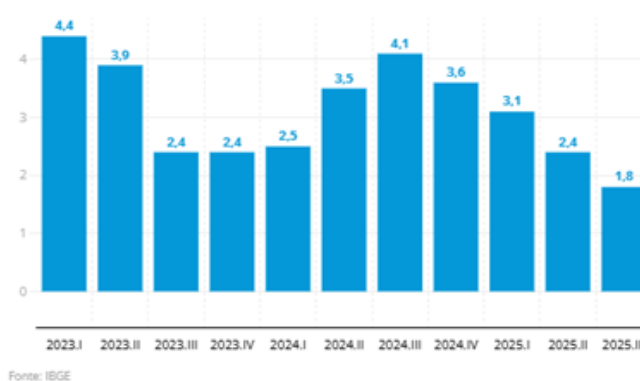
O desempenho do PIB

Em %

Trimestre contra trimestre imediatamente anterior



Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior



Fonte: IBGE

Apesar do tarifaço dos Estados Unidos sobre as exportações brasileiras, as vendas externas de bens e serviços cresceram 3,3% no terceiro trimestre. Segundo Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, o efeito do tarifaço foi pequeno porque exportadores redirecionaram suas vendas para outros países e a China ampliou as compras de matérias-primas, como soja e petróleo.

Agro e indústria extrativa se destacam

A demanda externa se refletiu na composição do desempenho dos setores pela ótica da produção. No geral, a agropecuária cresceu 0,4% ante o segundo trimestre, a indústria avançou 0,8%, e os serviços ficaram praticamente estáveis, com variação de 0,1% — reagindo ao enfraquecimento da demanda das famílias.

Os destaques positivos foram dois setores voltados para as exportações, a agropecuária e a indústria extrativa, que inclui a produção de petróleo e gás e minerais. Segundo o IBGE, os dois setores foram responsáveis por mais da metade do crescimento de 1,8% do PIB agregado na comparação com o terceiro trimestre de 2024.

A agropecuária saltou 10,1% sobre o terceiro trimestre de 2024. A indústria extrativa saltou 11,9% sobre um ano antes.

— A gente está vendo a indústria crescendo de forma um pouco mais robusta este ano. E o que tem segurado é a extrativa, com aumento significativo nas vendas, motivado por compras da China e extração do pré-sal. Olhando para a oferta, é o ponto que mais segura o PIB — disse Juliana Inhasz, economista do Insper. — As commodities são o nosso carro-chefe. E teve muita venda de minério, de petróleo, com essa aparente retomada do apetite chinês pelo produto brasileiro. Apesar da questão das tarifas, que estavam gerando incertezas, no final a gente viu uma exportação com fôlego.

Ela explica que os produtores mais dependentes da exportação para os Estados Unidos acabaram conseguindo direcionar a produção para outros mercados.

— Vendemos mais para a Europa, para a Ásia. Negociamos melhor com outros compradores, e o produto não sobrou, a gente conseguiu vender mais. O Brasil, no final das contas, conseguiu entrar em alguns espaços que talvez essa política do tarifaço tenha deixado no mercado internacional. A economia americana deixou de comercializar com outros países por conta dessas tarifas, e aí o Brasil entrou pegando esses mercados.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/12/2025

PEDÁGIO FREE FLOW DA DUTRA EM SP COMEÇA A FUNCIONAR NESTE SÁBADO, MAS IMPASSE JUDICIAL IMPEDE APLICAÇÃO DE MULTAS; ENTENDA

Cobrança automática na pista expressa entre São Paulo e Arujá terá preços variáveis e desconto para quem usa tag; motoristas sem pagamento não podem ser multados por decisão judicial

Por Filipe Vidon — São Paulo



Free Flow na Dutra — Foto: Divulgação/CCR RioSP

A partir deste sábado (6), motoristas que trafegam pelo trecho urbano da Via Dutra entre São Paulo e Arujá, passando por Guarulhos, começam a pagar pelo uso da pista expressa por meio do sistema eletrônico conhecido como free flow. A operação, no entanto, estreia em meio a um impasse judicial: uma decisão da Justiça Federal impede, por enquanto, a aplicação de multas a quem não quitar a tarifa. A liminar atendeu a um pedido do Ministério Público Federal, que questiona falhas, transparência e legalidade do modelo.

O novo método de cobrança foi autorizado pela ANTT e funciona por meio de pórticos que leem tags ou placas, calculando o valor conforme o trajeto percorrido entre os quilômetros 231 e 204. Nesse segmento, apenas quem optar pela pista expressa será tarifado e o uso da marginal permanece gratuito, garantindo alternativa sem cobrança ao motorista.

Ao longo do percurso, 21 pórticos equipados com câmeras e sensores farão a leitura das placas ou das tags (etiquetas eletrônicas) instaladas nos para-brisas, sem a necessidade de paradas ou redução de velocidade. Para quem transita longas distâncias, há uma integração tarifária: veículos que já passaram pela praça de pedágio convencional de Arujá e continuarem pela expressa não sofrerão nova cobrança no sistema automático.

Além disso, foi estabelecida uma regra de tolerância para serviços. Caso o condutor precise sair da pista expressa para acessar um posto de combustível ou comércio na marginal, ele terá um intervalo de até duas horas para retornar à via rápida sem que isso gere uma nova cobrança de acesso.



Pedágio Free Flow em São Paulo — Foto: Divulgação/CCR RioSP

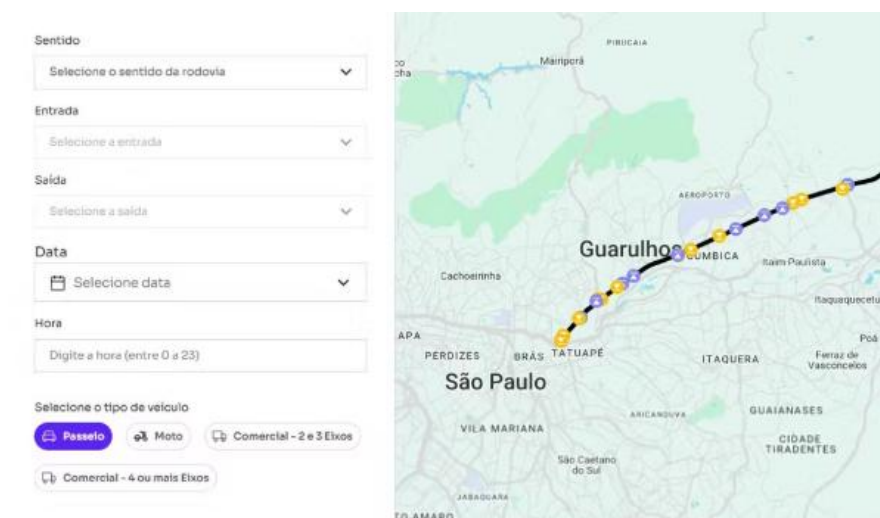
Tarifas variáveis e 'menu de preços'

Diferente do pedágio tradicional com preço fixo, o Free Flow da Dutra adota uma tarifa variável e proporcional ao trecho percorrido. O custo da viagem muda conforme o dia da semana, o horário e a ocorrência de feriados prolongados.

Nos momentos de maior demanda e feriados, o valor base pode ser multiplicado em até cinco vezes, variando de R\$ 1,81 a R\$ 9,06. Esses valores são exibidos em painéis instalados antes dos acessos, permitindo que o condutor avalie o custo antes de entrar na expressa.

Em um ponto na altura do km 228, por exemplo, são mostradas opções como Fernão Dias (R\$ 0,25), Avenida Tiradentes (R\$ 0,52), aeroporto (R\$ 1,37) ou bairros como Bonsucesso e Pimentas, com valores acima de R\$ 2,60.

Para o Aeroporto de Guarulhos, o valor de referência é R\$ 1,37, mas o custo pode chegar até R\$ 9,06 nos horários de maior movimento ou em datas especiais. Motos pagam meia tarifa e a concessionária oferece uma calculadora para simular o custo conforme dia, horário e destino.



The image shows a digital interface for calculating tolls. On the left is a form with fields for 'Sentido' (Direction), 'Entrada' (Entry), 'Saida' (Exit), 'Data' (Date), 'Hora' (Time), and 'Seleção o tipo de veículo' (Select vehicle type). Below these are buttons for 'Passado', 'Moto', 'Comercial - 2 e 3 Eixos', and 'Comercial - 4 ou mais Eixos'. On the right is a map showing a route from São Paulo to Guarulhos, with various landmarks and road names labeled.

Calculadora do Free Flow na Dutra — Foto: Reprodução/CCR RioSP

Calculadora do Free Flow na Dutra — Foto: Reprodução/CCR RioSP

Os preços base:

- Rodovia Fernão Dias (R\$ 0,25)
- Avenida Tiradentes (R\$ 0,52)
- Aeroporto (R\$ 1,37)
- Bairro Bonsucesso (R\$ 2,69)
- Bairro Pimentas (R\$ 2,80)
- Jd. Aracília (R\$ 2,82)

Para quem usa tag, o pagamento ocorre automaticamente, com desconto de 5% por passagem. Já os condutores que não possuem tag têm até 30 dias para quitar o valor pelo site ou aplicativo da CCR. Também é possível cadastrar um cartão de crédito para ativar pagamento automático e

receber notificações por SMS sobre as passagens, além de usar totens de autoatendimento em bases operacionais de São Paulo e Arujá.

Já quem prefere o atendimento presencial, foram instalados totens de autoatendimento nas bases operacionais da rodovia (no km 231 sentido SP e km 202 sentido RJ). Também é possível pagar em dinheiro ou cartão na rede credenciada, a começar pelo posto de serviços Rede Duque, no km 210 (sentido SP), com previsão de expansão para o posto Sakamoto (sentido RJ).

Imbróglgio judicial

A implementação do pedágio encerra um longo período de gratuidade em um corredor viário historicamente marcado por engarrafamentos crônicos, que atravessa áreas densamente habitadas entre Guarulhos e a Zona Norte paulistana. A cobrança fazia parte do contrato de concessão firmado em 2021, quando a CCR venceu o leilão ao oferecer outorga de R\$ 1,77 bilhão realizado durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro e do então ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

Nesse cenário, a estreia da cobrança automática acontece sob a vigência de uma ordem judicial que impede a punição de motoristas inadimplentes. A 6ª Vara Federal de Guarulhos acolheu um pedido do Ministério Público Federal (MPF) e proibiu, em caráter liminar, que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a União apliquem sanções a quem cruzar os pórticos sem pagar.

O Ministério Público argumenta na ação que um programa-piloto da ANTT identificou muitas indevidas e dificuldades na identificação de placas, e pede mais clareza sobre a destinação dos valores arrecadados. A decisão judicial manteve a cobrança, mas proibiu a punição prevista no Código de Trânsito, que seria de R\$ 195,23 e cinco pontos na CNH. O recurso do governo federal contra a liminar ainda será julgado.

Para o MPF, o modelo atual sofre de falta de transparência e "falhas sistêmicas" que colocam o usuário em desvantagem. Diante desses indícios, a Justiça entendeu ser necessário suspender as punições para garantir uma análise mais detalhada sobre a legalidade e a proporção dessas cobranças, evitando prejuízos imediatos aos motoristas.



Sinalização sobre pedágios eletrônicos aprovada pelo Contran — Foto: Divulgação/Contran

Como pré-requisito contratual para iniciar a arrecadação, a concessionária precisou executar um pacote robusto de intervenções para ampliar a capacidade de tráfego. A empresa entregou a terceira faixa na pista expressa no trecho que liga a Rodovia Hélio Smidt à entrada da capital, além de novos viadutos projetados para agilizar o acesso tanto ao Aeroporto Internacional quanto à Zona Leste, via Ponte do Tatuapé.

O projeto de modernização abrange ainda a conectividade com outras rotas estratégicas, com três novas alças de ligação com a Rodovia Fernão Dias e um dispositivo de retorno na altura da Jacu Pêssego (km 213), apontado como peça importante para desafogar o complexo viário de Bonsucesso.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/12/2025

'É UM ATAQUE CONTRA OS ESTADOS UNIDOS', DIZ SECRETÁRIO DE TRUMP SOBRE MULTA DA UE AO X, DE ELON MUSK

Comissão Europeia multou a rede social em perto de US\$ 140 milhões na primeira sanção do Regulamento de Serviços Digitais do bloco

Por AFP



Marco Rubio, secretário de Estado dos EUA, após multa da UE ao X: 'A era da censura contra os americanos na internet acabou' — Foto: SAUL LOEB / POOL / AFP

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, afirmou que a multa imposta pela União Europeia ao X, a rede social de Elon Musk, é um "ataque contra o povo americano por parte de governos estrangeiros".

"A multa de US\$ 140 milhões imposta pela Comissão Europeia não é apenas um ataque contra o X, é um ataque contra todas as plataformas tecnológicas dos Estados Unidos e ao povo americano por parte de governos estrangeiros", declarou Rubio em seu perfil no X.

E acrescentou: "A era da censura contra os americanos na internet acabou".

A União Europeia impôs, nesta sexta-feira, uma multa de 120 milhões de euros (cerca de R\$ 742,5 milhões ou US\$ 140 milhões) à rede social X, levantando temores de que isso poderia provocar outro confronto com o presidente Donald Trump.

A sanção foi justificada por infrações notificadas em julho de 2024 à X, quando a União Europeia acusou a plataforma de enganar usuários com o sistema de marca de verificação azul — que deveria certificar a autenticidade das fontes —, de não oferecer transparência suficiente em relação à publicidade e de descumprir a obrigação de conceder acesso a dados internos a pesquisadores credenciados.

Antes de Musk comprar a plataforma em 2022, quando ainda operava como Twitter, a marca azul era usada como sistema de verificação para contas importantes, incluindo as de celebridades, instituições e jornalistas.

Musk, porém, considerou que esse sistema não era justo para os usuários regulares e reformulou os selos azuis para que fossem destinados apenas a assinantes pagantes, o que significou que milhares de titulares foram privados do recurso. No ano passado, os selos azuis originais foram reativados sem custo.



Crítica do vice-presidente americano

Antes mesmo de a decisão ser oficializada, o vice-presidente americano JD Vance já havia criticado os passos adotados pela UE.

“A UE deveria defender a liberdade de expressão em vez de atacar empresas americanas por bobagens”, declarou. Musk agradeceu o comentário pouco depois.

A vice-presidente da Comissão Europeia responsável pela agenda digital, Henna Virkkunen, afirmou que a multa aplicada à X “não tem nada a ver com censura”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/12/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TCU AVALIA QUE GASTO DE R\$ 10 BI DE ESTATAIS FORA DA META CONTRARIA ALERTAS AO GOVERNO

PLDO traz dispositivo para excluir da meta de resultado primário despesas de estatais com plano de recuperação; TCU diz que ‘prática reiterada de exclusão de despesas’ contribui para elevar dívida pública

Por Cícero Cotrim (Broadcast) e Renan Monteiro (Broadcast)

BRASÍLIA - A exclusão de R\$ 10 bilhões em despesas de estatais da meta fiscal de 2026, estabelecida no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do próximo ano, contraria um alerta ao governo emitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou problemas em excluir gastos do alvo, segundo integrantes da corte de contas.

A questão é agravada pelo fato de o dispositivo parecer servir para acomodar gastos dos Correios, que passam pela maior crise da sua história, sem exigir contingenciamento de despesas do governo no próximo ano. Como mostrou o Estadão/Broadcast, o Executivo chegou a considerar mudar a meta de déficit das estatais por causa dos resultados da empresa.

No caso dos Correios, segundo um integrante do TCU, que falou com ao Estadão/Broadcast sob a condição de anonimato, a questão é pior, porque não se trata de uma despesa imprevisível e extraordinária, mas de um fruto de uma gestão malsucedida, o que banaliza a justificativa da exceção.

Aprovado pelo Congresso na quinta-feira, 4, o PLDO do ano que vem traz um dispositivo segundo o qual até R\$ 10 bilhões de despesas de estatais com plano de recuperação podem ser excluídos da meta de resultado primário.

Um dia antes da votação, na quarta-feira, os ministros do TCU alertaram ao governo que a “prática reiterada de exclusão de despesas” da meta “contribui para a elevação do endividamento público, para a redução da transparência das estatísticas fiscais e para a perda de credibilidade das regras fiscais vigentes.” Para a corte de contas, a prática “não está em aderência” com os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

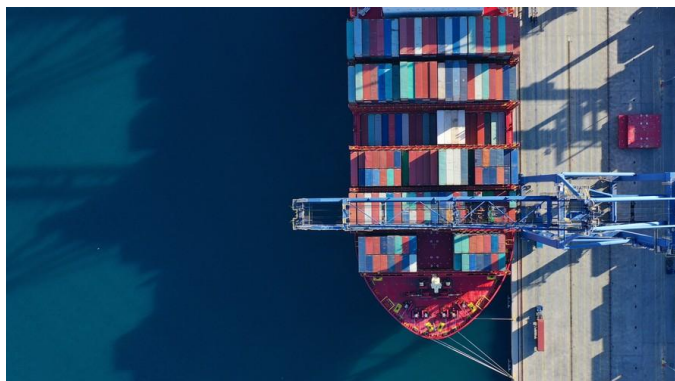
Data: 05/12/2025

VALOR ECONÔMICO (SP)

DÉFICIT DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA TRAVA COMÉRCIO EXTERIOR

Setor aponta gargalos físicos e defende realização do leilão em fase única, contestando teses sobre falhas concorrenciais e restrições a investimentos privados em terminais.

Por Dino — São Paulo



Centronave — Foto: Centronave

O Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), entidade fundada em 1907 que reúne as principais empresas de navegação de longo curso atuantes no Brasil, apresentou uma série de esclarecimentos técnicos essenciais para a compreensão da atual crise de capacidade portuária no país. O posicionamento da entidade surge como resposta a visões consideradas equivocadas sobre a atividade de transporte marítimo de

linha regular e a interpretações recentes emitidas no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU), especificamente em Voto Revisor apresentado em novembro. Embora movidas pelo intuito de proteger o interesse público, tais análises partem de premissas operacionais que atribuem a causas concorrenciais problemas que são, na realidade, de infraestrutura física.

Para o setor, é fundamental esclarecer a realidade da operação logística diária no cais como pré-requisito para solucionar os entraves que afligem a costa brasileira. Frequentemente, divulga-se a narrativa de que a atuação dos armadores no país seria caracterizada por um oligopólio coordenado para prejudicar usuários, porém os dados de mercado demonstram um cenário oposto, marcado por grande competição. O Porto de Santos, por exemplo, é servido atualmente por diversos armadores que disputam cargas ativamente, incluindo grandes players globais como CMA CGM, COSCO, Evergreen, Grimaldi, Hapag-Lloyd, HMM, Maersk, MSC, ONE, PIL, Yang Ming e ZIM. Essa disputa comercial é apontada como o motor que garante a eficiência do sistema, mesmo diante das limitações físicas impostas pela ausência de obras estruturantes.

Diante dos elevados custos do transporte marítimo e da necessidade imprescindível de escala operacional, as empresas celebram entre si acordos de natureza estritamente operacional. Esses mecanismos permitem que navios operados por um armador transportem contêineres de outros, fomentando a competitividade e otimizando a logística. Nesse contexto, a omissão de escala não se configura como uma escolha comercial do transportador, mas sim como um ato de desespero operacional causado pela saturação da capacidade. Dados indicam que Santos opera hoje com taxas de ocupação acima de 90%, muito além do limite de eficiência de 65% preconizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), gerando esperas de 3 a 4 dias, segundo o Centronave.

A tese de que armadores teriam manipulado a oferta de transporte também foi investigada em âmbito global. Durante a pandemia de Covid-19, a Federal Maritime Commission (FMC) dos Estados Unidos conduziu uma investigação rigorosa sobre fretes e congestionamentos. A conclusão foi categórica ao afirmar que não houve conluio ou práticas abusivas, mas sim um choque de demanda frente a uma infraestrutura rígida e saturada.



No debate sobre a "verticalização" quando armadores também operam terminais portuários, órgãos técnicos de defesa da concorrência atestam que o temor de fechamento de mercado é hipotético. Manifestações técnicas de unidades do TCU (AudPortoFerrovia), da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e, sobretudo, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), afastaram de forma consistente a necessidade de intervenção regulatória baseada na integração vertical. Reconhece-se que esse modelo gera eficiências relevantes à operação portuária e não acarreta riscos concorrenciais, conforme demonstrado no arquivamento recente de inquérito sobre "self-preferencing" e nas análises das operações envolvendo CMA CGM/Santos Brasil e MSC/Wilson Sons.

No caso específico da recente aquisição da Santos Brasil, a operação foi submetida a escrutínio rigoroso do CADE. A conclusão, expressa no Parecer 3/2025, foi pela aprovação sem restrições. O entendimento é de que não há incentivo econômico racional para o terminal se fechar para outros armadores, pois a operação necessita de volume para ser viável e a capacidade do terminal excede a demanda do armador do grupo proprietário, obrigando-o a buscar cargas de concorrentes.

Historicamente, a entrada de terminais verticalizados nos portos brasileiros foi identificada como o único fator capaz de reduzir as filas para atracação na última década. O investimento privado realizado por empresas ligadas a grupos de armadores trouxe eficiência onde o Estado não conseguiu prover, apresentando-se como solução para um problema crônico que atrasa o desenvolvimento nacional. Ao contrário do que se especula, terminais operados por esses grupos possuem interesse direto na fluidez, pois ganham com o giro do navio. Paradoxalmente, modelos de terminais puramente independentes, conhecidos como "bandeira branca", podem ter incentivos desalinhados, lucrando com a escassez de infraestrutura e as filas decorrentes, além de minimizar investimentos devido à imprevisibilidade de demanda de longo prazo.

A análise presente no Voto Revisor citado, apoiada em parecer da SEAE de 2022, é considerada inadequada pelo setor por ignorar pareceres atualizados de 2025 e desconsiderar o cenário atual de Santos. Não haveria fundamento para alegar barreiras intransponíveis à entrada de operadores independentes ou para impor restrições futuras, uma vez que o próprio CADE classificou tais riscos como meramente hipotéticos. As instâncias técnicas e regulatórias já rejeitaram a verticalização como causa de falha de mercado, reconhecendo seus benefícios.

O diagnóstico final aponta que o verdadeiro problema não é de mercado, mas reside na causa raiz: o déficit de infraestrutura. Há mais de uma década, o Porto de Santos não recebe uma expansão significativa de cais. Enquanto a demanda cresceu e os navios aumentaram de tamanho, chegando a 366 metros, a infraestrutura permaneceu estagnada. O custo anual dessa ineficiência, representado por navios parados em fila, é estimado em R\$ 1,6 bilhão, valor pago por exportadores, importadores e, em última instância, pelo consumidor brasileiro. Estimativas apontam que o país deixa de exportar por Santos cerca de US\$20,6 bilhões/ano por déficit de infraestrutura, segundo o Centronave.

O Centronave reitera o compromisso com o desenvolvimento do Brasil e a liberdade concorrencial, ressaltando que são os transportadores marítimos que conectam a produção nacional ao mundo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/12/2025

GALEÃO ATRAI MAIS PASSAGEIROS E SE FIXA COMO HUB LOGÍSTICO

Terminal dobra número de voos e volume de carga transportada cresce quase 50% em 2024 sobre o ano anterior, segundo a Firjan

Por Emilio Sant'Anna — Para o Valor, de São Paulo

Nos últimos dois anos, a malha aérea do Rio de Janeiro se reorganizou e o movimento do Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, cresceu. A imposição do limite de 6,5 milhões de passageiros por ano no Santos Dumont, em novembro de 2023, foi o impulso que faltava para o terminal aéreo da Ilha do Governador se transformar em um hub logístico internacional. Neste ano, até outubro, passaram pelo Galeão 15 milhões de passageiros, volume que deve dobrar nos próximos três anos

com a repactuação do contrato com a concessionária, na expectativa do Ministério dos Portos e Aeroportos.



Com mais voos, aumentou também o volume de carga aérea transportada, já que, no Galeão, 85% das cargas internacionais dividem com as malas os espaços no portão dos aviões de passageiros que operam essas rotas. Assim, o transporte de cargas pelo terminal cresceu quase 50% no ano passado. Apenas as importações atingiram US\$ 13,1 bilhões naquele período, o terceiro recorde anual consecutivo.

Parte desse avanço é explicado também pelo tempo de liberação de cargas: 31 horas, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), um dos menores do país. Essa agilidade atrai setores que dependem de frete rápido, com a indústria farmacêutica e fornecedores de bens de alto valor agregado. Segundo dados do Diagnóstico do Comércio Exterior do estado do Rio (2023), o modal aéreo é escolhido por cerca de 40% das empresas fluminenses para operações de importação e exportação.

Para o especialista do setor aéreo Tarcisio Gargioni, um dos fundadores da Gol, esse aumento na movimentação do Galeão ajuda a sustentar o ciclo de expansão esperado para o aeroporto. O impulso começou em 2023, após o Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac) limitar em 6,5 milhões o número anual de passageiros no Santos Dumont - que tem localização mais privilegiada, no centro do Rio - para redistribuir o tráfego aéreo. Desde então, o número de voos mensais no Galeão mais do que dobrou, ultrapassou a marca de 10 mil no final de 2024 e termina este ano com mais de 11 mil.

“O aeroporto tem infraestrutura capaz de se tornar um hub internacional”
— Tarcisio Gargioni

Agora o terminal se prepara para uma nova fase, após assinatura, neste ano, da repactuação do contrato entre a RioGaleão, que opera o terminal, e o governo federal. As mudanças acordadas devem redefinir o futuro do aeroporto. Uma delas é a saída da Infraero, que tem 49% da concessionária, abrindo espaço para uma nova configuração societária. Foi definida a realização de um leilão simplificado, com lance mínimo de R\$ 932 milhões, até 31 de março de 2026. A outorga fixa, que era de R\$ 1 bilhão por ano, foi substituída por um modelo variável de 20% sobre a receita bruta, e o gatilho que previa a construção de uma terceira pista foi eliminado.

Paralelamente, o plano prevê o fim gradual das restrições operacionais no Santos Dumont. “É importante que ambos os aeroportos, dentro de seus perfis e características, sejam otimizados, atendendo plenamente às respectivas demandas para garantir um sistema mais eficiente no Estado”, diz Gargioni. Procurada, a RioGaleão preferiu não se manifestar.

Gargioni afirma que a consolidação da posição do Galeão depende também da demanda e do ambiente econômico. “O aeroporto tem infraestrutura capaz de se tornar um hub internacional, mas isso depende do comportamento da demanda, que está vinculado ao desenvolvimento econômico do país em relação aos mercados internacionais”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/12/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MAERSK TESTA ABASTECIMENTO DE NAVIO COM 50% DE ETANOL

Da Redação Indústria naval 05/12/2025 - 19:30



Empresa prevê que, na próxima fase dos testes, navio será abastecido com 100% do biocombustível

A Maersk anunciou, nesta sexta-feira (5), que está testando o uso de uma mistura de 50% de etanol e 50% de metanol no porta-contêineres Laura Mærsk. A empresa informou que a iniciativa é parte de um projeto-piloto com o uso dos dois biocombustíveis e que na primeira fase, em outubro e novembro, fez testes abastecendo a embarcação com 10% de etanol anidro, o mesmo usado em misturas com gasolina em diversos países.

Segundo a companhia, o primeiro teste confirmou que o etanol pode ser usado com segurança sem comprometer a eficiência dos motores. O teste inicial mostrou que a mistura com 10% de etanol resultou em desempenho tão eficiente quanto com o metanol puro e manteve o mesmo nível de lubrificação e de corrosão.

A empresa explicou que o Laura Mærsk é o primeiro porta-contêineres bicomcombustível do mundo projetado para usar metanol como combustível alternativo e que, como são álcoois, o etanol e o metanol têm propriedades semelhantes. A Maersk adiantou que na próxima fase dos testes o navio será abastecido com 100% de etanol.

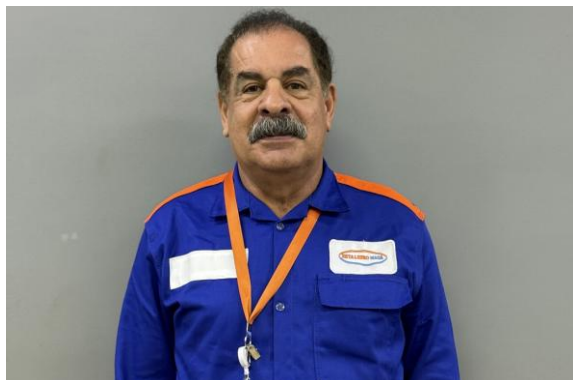
A armadora lembrou que decidiu em 2021 encomendar exclusivamente embarcações com possibilidade de uso de biocombustível e que, até 2025, 19 navios do tipo serão incorporados a sua frota. A empresa explicou que a oferta atual de combustíveis de baixa emissão inclui biometano e e-metano, biodiesel e, a partir de 2027, incluirá biometano liquefeito e GNL, que será adicionado com a chegada de navios bicomcombustíveis a GNL que serão afretados.

Emma Mazhari, head de mercados de energia da Maersk, disse que o uso de combustíveis diferentes será essencial para a indústria marítima atingir as metas de descarbonização. “O etanol tem histórico comprovado, com mercado estabelecido e infraestrutura existente, oferecendo caminho adicional para a descarbonização”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/12/2025

HENSEL GONÇALVES - O ESTALEIRO MAUÁ (RJ) ANUNCIOU, NESTA SEXTA-FEIRA (5), QUE HENSEL GONÇALVES É SEU NOVO DIRETOR COMERCIAL. *Executivos 05/12/2025 - 19:11*



O Estaleiro Mauá (RJ) anunciou, nesta sexta-feira (5), que Hensel Gonçalves é seu novo diretor comercial. Em nota, o grupo destacou que ele é profissional com experiência nos setores marítimo, offshore e portuário e trabalhou diretamente junto a controladores, conselhos de administração, acionistas e investidores em processos de reestruturação empresarial.

Entre as atividades desenvolvidas por Gonçalves, o estaleiro destacou a reestruturação e o reposicionamento comercial de empresas de transporte intermodal e de apoio marítimo, além de liderança em

programas intensivos de readequação operacional. A empresa informou ainda que o novo executivo tem experiência em fusões e aquisições e no desenvolvimento comercial no setor de apoio marítimo.

Além disso, citou a participação de Gonçalves em reestruturações de grupos econômicos de múltiplas linhas de negócios e na criação, certificação, mobilização e operação de empresas brasileiras de navegação e de geologia marinha. Segundo a administração do Mauá, ele tem experiência também em reposicionamento de departamentos comerciais e no desenvolvimento de projetos de embarcações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/12/2025

VIAGEM REGULAR POR SUEZ SINALIZA VOLTA DE CONTEINEIROS AO MAR VERMELHO, AVALIA XENETA

Da Redação Navegação 05/12/2025 - 19:05



O anúncio da CMA CGM de que um de seus navios passará pelo Canal de Suez em viagens de ida e volta entre a Índia e o Paquistão e a costa leste dos Estados Unidos, com início previsto para 15 de janeiro e saída do porto paquistanês de Karachi, foi avaliado pela consultoria Xeneta como passo importante para volta da circulação em larga escala de porta-contêineres pela região do Mar Vermelho. A primeira embarcação a fazer o circuito completo pelo canal será o CMA CGM Verdi, reduzindo em duas semanas, para 77 dias, o tempo de percurso em comparação com a rota pelo Cabo da Boa Esperança.

A Xeneta informou que outros quatro navios farão viagens rumo ao leste pelo Canal de Suez antes que a rota completa seja retomada. Explicou ainda que têm sido feitas travessias no sentido leste por navios da CMA CGM, incluindo o CMA CGM Jules Verne, o APL Changi, o CMA CGM Galapagos, o CMA CGM Grace Bay, o APL Merlion e o CMA CGM Kimberley, mas apenas as duas últimas foram passagens oficiais.

Peter Sand, analista-chefe da Xeneta, avalia que o retorno em larga escala do transporte de contêineres ao Mar Vermelho ainda está longe, mas o anúncio da CMA CGM é um passo nessa direção. Ele disse que tem observado que as transportadoras, em particular a CMA CGM, estão testando o trânsito pelo Canal de Suez em viagens selecionadas, especialmente em retornos para a Ásia, quando há menos carga transportada.

Sand alertou que o anúncio da CMA CGM não significa retorno iminente e em larga escala do transporte marítimo de contêineres pelo Mar Vermelho e informou que o número de porta-contêineres que passaram pelo Canal de Suez em novembro de 2025 foi de 120, contra 583 registrados em outubro de 2023, antes da escalada de ataques a navios mercantes na região pela milícia Houthi. Ele previu que as empresas farão avaliações de risco se a situação de segurança permanecer frágil.

Segundo Sand, serão levadas em consideração a capacidade, a oportunidade e a intenção dos Houthi de atacar navios. “Sabemos que eles têm a capacidade, mas as transportadoras vão querer garantias sobre suas intenções, especialmente porque a oportunidade aumentará à medida que mais navios começarem a navegar pela região”.

O especialista explicou que a redução do tempo de trânsito dos navios com a retomada da rota completa via Canal de Suez no navio significará que dois navios serão retirados do serviço e um prenúncio do impacto que o retorno em larga escala teria na capacidade de transporte de contêineres e nas taxas de frete. Segundo Sand, já há excesso de oferta no mercado de transporte marítimo de contêineres, e as taxas spot estão caindo. “As taxas spot médias para rotas do Extremo Oriente para a Costa Leste dos Estados Unidos e para o Norte da Europa caíram 57% e 53%, respectivamente, em comparação com o ano passado”, explicou.

Ele previu que, se outras armadoras seguirem o exemplo da CMA CGM, a capacidade de transporte aumentará e as taxas de frete cairão drasticamente. “Isso pode levar as transportadoras ainda mais a operar com prejuízo, mas elas estarão plenamente cientes dessa perspectiva e preparadas para reagir”. Sand acrescentou que as travessias pelo Canal de Suez vinham sendo realizadas caso a caso, desviando viagens originalmente programadas para contornar o Cabo da Boa Esperança. “O anúncio da CMA CGM esta semana é importante porque representa uma mudança estrutural, com um formato de serviço que prevê a travessia em todas as viagens”, concluiu.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/12/2025

VP DE NAVEGAÇÃO DA LOG-IN FOI ESCOLHIDO COMO DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO APÓS MARCIO ARANY

Executivos 05/12/2025 - 18:04



VP de navegação da Log-In foi escolhido como diretor-presidente substituto após Marcio Arany comunicar que deixará cargo no próximo dia 31 de dezembro

A Log-In informou, nesta sexta-feira (5) que seu diretor-presidente, Marcio Arany, comunicou no dia anterior, em reunião do conselho de administração do grupo, que deixará em 31 de dezembro de 2025 o cargo, que ocupa há cinco anos. Na mesma reunião, Marcus Voloch foi escolhido como substituto, com mandato a partir de 1º de janeiro de 2026.

Voloch é vice-presidente de navegação da Log-In e trabalha há 27 anos no setor de transporte marítimo, logística internacional e cabotagem. Antes da Log-In, exerceu cargos de liderança no grupo Hamburg Süd na América do Sul e em Hamburgo e foi diretor-executivo da Aliança Navegação e Logística. Ele é formado em engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Administração pela Universidade Paulista (Unip).

Na reunião, os membros do conselho de administração da Log-In agradeceram a Arany pelos serviços prestados ao grupo por 11 anos, dos quais cinco como diretor-presidente. “A gestão de Marcio Arany deixa como legado a expansão sustentável dos negócios da companhia, o fortalecimento da governança corporativa e a valorização do capital humano, pilares que continuarão norteando nossas decisões”, disse Julian Thomas, presidente do conselho.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 192/2025
Página 63 de 63
Data: 05/12/2025
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 05/12/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 05/12/2025